

## INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também para as autarquias locais, que devem traduzir com rigor as execuções orçamental, patrimonial e económica da respetiva entidade, aferida a um determinado período de tempo, usualmente um ano civil.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a prestação de contas, bem como submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme o referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterado pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

Os documentos agora apresentados foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas referidas no Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2019 - Plenário Geral, publicadas na IIª Série do Diário da República n.º 46/2019 de 6 de março.

O Regime de Contabilidade Autárquica legalmente estabelecido (POCAL) determina a elaboração do Relatório de Gestão como elemento a integrar nos documentos de prestação de contas.

Da prestação de contas que ora se apresenta faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

## Portugal em 2019

Em 2019, na ótica meramente económica, Portugal viveu um período de estabilidade, pese embora alguma flutuação de alguns indicadores.

|                              | 2018    | 2019      |
|------------------------------|---------|-----------|
| <b>PIB (1)</b>               | 1,9     | 2,0       |
| <b>Défice (1)</b>            | -0,1    | 0,0       |
| <b>Dívida (em valor) (2)</b> | 249.143 | 249.740   |
| <b>Dívida (em %)</b>         | 122,2   | 120,5 (3) |
| <b>Taxa de desemprego</b>    | 7,0     | 6,7       |
| <b>Taxa de atividade</b>     | 75,1    | 75,8      |

Fontes: Governo, Banco de Portugal, INE e OCDE

Notas: (1) Previsões do Governo.

(2) Valores em milhões de euros.

(3) Valor referente a Setembro de 2019

A anulação do valor do défice e o anúncio dum possível *superavit* para 2020 foram e são inquestionavelmente o grande trunfo do partido no poder, tanto mais relevante, quando tal meta nunca antes foi obtida no Portugal democrático.

O ano de 2019 foi ano de eleições nacionais e os resultados obtidos estão em linha com a generalidade das previsões – ninguém consegue uma maioria absoluta, resulta um parlamento mais diversificado; entram forças conotadas com a extrema-direita e o liberalismo económico; mantem-se uma maioria de deputados oriundos de partidos da esquerda política.

Quanto à dívida, continuou-se a assistir à sua queda em percentagem do PIB e porventura estarão criadas as condições para que essa redução também passe a ocorrer quanto ao seu valor nominal – alguns admitem mesmo que tal já tenha ocorrido no final de dezembro de 2019.

Os restantes indicadores referidos tiveram um comportamento em linha com as expectativas e projeções efetuadas.

A recuperação económica e de confiança efetuada desde o início da anterior legislatura, independentemente de a mesma se considerar escassa ou excessiva, resultou num forte controlo da despesa pública – a palavra cativação passou a ser conhecida da generalidade dos cidadãos.

Entre as diversas origens das ditas cativações, avultará o caso do Investimento, designadamente do investimento público. Importará assim avaliar o comportamento deste indicador ao longo dos últimos anos

e perspetivar as projeções para os anos vindouros.

Vejamos o quadro seguinte, onde se enunciam os valores da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em percentagem do PIB:

| Ano               | F.B.C.F. |
|-------------------|----------|
| 2010              | 20,6     |
| 2015              | 15,5     |
| 2016              | 15,5     |
| 2017              | 16,8     |
| 2018 (Provisório) | 17,6     |

Fonte: Pordata

Apesar da sua importância, o conhecimento dos valores da FBCF são dos últimos a ser disponibilizados. Daí que os valores apresentados findem em 2018 e estes são ainda provisórios. É sabido que a componente privada deste indicador é determinante quanto ao seu valor final: a componente pública pouco excede, por regra, os 12% do total.

Em 2019, o Governo previu que o investimento público fosse da ordem dos 2,3% do PIB, mas em abril de 2019 o mesmo Governo reviu em baixa este indicador, assumindo que se limitaria a 2,1% do PIB.

Em todo o caso a perspetiva atualmente avançada deste indicador aponta para uma subida gradual do valor do mesmo até atingir, em 2022, os 2,6% do PIB.

Faltarão saber o que é mais relevante:

- apostar num ritmo mais rápido de redução da dívida e, neste caso, não ir tão longe no investimento, protelando algumas decisões, com previsíveis custos de médio e longo prazo, sobretudo no PIB e no emprego;

ou

- apostar num peso maior do investimento público, demorando mais tempo a colocar a dívida em níveis mais controláveis, mas projetando melhores condições de crescimento e emprego no médio/longo prazo.

Aparentemente, haverá agora menor margem para reduzir o nível de Investimento, face aos compromissos plurianuais já assumidos, designadamente nas áreas dos Transportes e da Saúde.

## ANÁLISE NA ÓTICA ORÇAMENTAL

Como é habitual vamos iniciar esta análise focando a atenção nas receitas arrecadadas no exercício em apreço e, bem assim, da sua variação com idêntico indicador de anos recentes. Globalmente, e como se verá a seguir com maior detalhe, 2019 traduziu-se num exercício que apresenta um acréscimo global de 9,89% das **Receitas** arrecadadas, apesar do decréscimo de 6,11% das **Receitas Correntes**, mais do que compensados com a subida de 115,77% das **Receitas de Capital**. Também nas **Outras Receitas** se registou o muito significativo acréscimo de 88,17%, este muito por força de um maior saldo orçamental do exercício anterior.

No quadro seguinte verifiquem-se os valores relativos à Receita Municipal:

| QUADRO I                       |                      |                      |                      |                      |                      |
|--------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| EVOLUÇÃO DAS RECEITAS          |                      |                      |                      |                      |                      |
|                                | (em euros)           |                      |                      |                      |                      |
| Anos                           | 2015                 | 2016                 | 2017                 | 2018                 | 2019                 |
| <b>Rubricas</b>                |                      |                      |                      |                      |                      |
| Impostos Diretos               | 2.945.264,96         | 2.717.594,03         | 3.143.798,82         | 4.136.041,84         | 2.869.097,97         |
| Impostos Indiretos             | 50.786,91            | 76.358,06            | 67.574,18            | 81.282,57            | 79.716,62            |
| Taxas, Multas e Outras         | 280.954,22           | 353.465,90           | 243.277,52           | 117.151,37           | 107.990,02           |
| Rendimentos Propriedade        | 1.050.924,25         | 962.808,24           | 558.534,52           | 746.487,13           | 754.722,10           |
| Transferências Correntes       | 8.707.256,45         | 8.853.904,34         | 9.015.811,26         | 9.157.642,68         | 9.099.837,01         |
| * Fundo Eq. Fin. Corrente      | 7.956.661,00         | 8.070.180,00         | 8.338.942,00         | 8.436.615,00         | 8.311.173,00         |
| * Estado- Proj. Co-financiados | 0,00                 | 25.000,00            | 0,00                 | 33.635,53            | 0,00                 |
| * Outras                       | 750.595,45           | 758.724,34           | 676.869,26           | 687.392,15           | 788.664,01           |
| Venda Bens                     | 562.072,53           | 503.955,37           | 518.370,44           | 560.148,33           | 627.089,55           |
| Venda de Serviços              | 746.699,06           | 1.228.688,17         | 1.213.492,30         | 1.388.618,02         | 1.664.080,40         |
| Rendas                         | 36.663,80            | 33.936,69            | 35.916,13            | 37.772,55            | 38.373,88            |
| Outras Receitas Correntes      | 58.753,01            | 35.863,35            | 20.221,18            | 51.851,82            | 42.044,41            |
| <b>T. RECEITAS CORRENTES</b>   | <b>14.439.375,19</b> | <b>14.766.574,15</b> | <b>14.816.996,35</b> | <b>16.276.996,31</b> | <b>15.282.951,96</b> |
| Venda Bens Investimento        | 328.191,81           | 166.042,00           | 20.837,45            | 104.245,06           | 7.753,29             |
| Transferências de Capital      | 2.170.893,72         | 1.152.974,99         | 1.342.847,51         | 1.149.199,39         | 2.253.131,76         |
| * Fundo Eq. Fin. Capital       | 884.073,00           | 896.687,00           | 926.549,00           | 937.402,00           | 923.464,00           |
| * Art. 35º Lei 73/2013         |                      |                      |                      |                      | 443.571,00           |
| * Estado- Proj. Co-financiados | 1.286.820,72         | 256.287,99           | 416.298,51           | 166.599,39           | 835.433,96           |
| * Outras                       | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 45.198,00            | 50.662,80            |
| Passivos financeiros           |                      |                      |                      |                      | 443.633,64           |
| Outras Receitas de Capital     | 55.199,77            | 1.248,91             | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| <b>T. RECEITAS CAPITAL</b>     | <b>2.554.285,30</b>  | <b>1.320.265,90</b>  | <b>1.363.684,96</b>  | <b>1.253.444,45</b>  | <b>2.704.518,69</b>  |
| Rep. não abat. nos pagamentos  | 200.092,34           | 1.419,74             | 768,37               | 1.471,06             | 843,40               |
| Saldo orçamental               | 867.415,04           | 1.901.035,53         | 2.546.848,99         | 1.629.352,38         | 3.067.826,71         |
| <b>T. OUTRAS RECEITAS</b>      | <b>1.067.507,38</b>  | <b>1.902.455,27</b>  | <b>2.547.617,36</b>  | <b>1.630.823,44</b>  | <b>3.068.670,11</b>  |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS</b>      | <b>18.061.167,87</b> | <b>17.989.295,32</b> | <b>18.728.298,67</b> | <b>19.161.264,20</b> | <b>21.056.140,76</b> |

Registe-se que, pela primeira vez, o exercício de 2019 obteve um resultado final, na ótica da Receita, que superou os 20 milhões de euros.

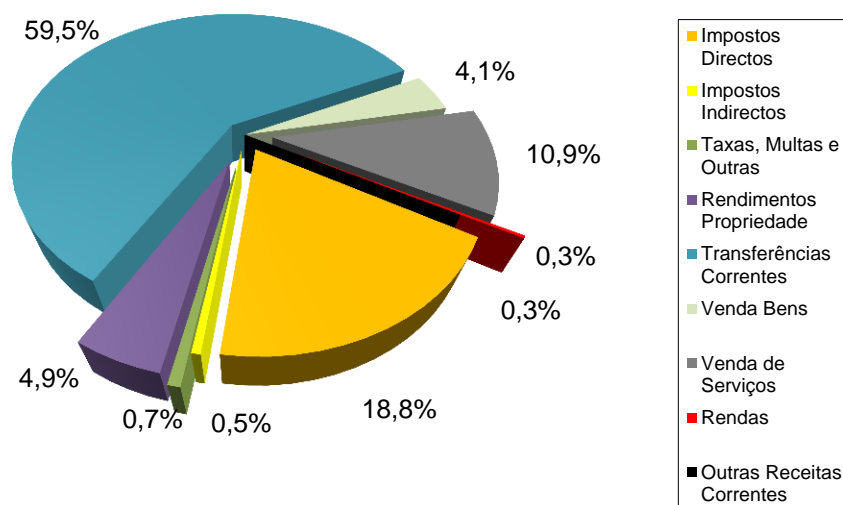
A quebra verificada nas **Receitas Correntes** é essencialmente derivada de duas rubricas:

- Por um lado da forte diminuição de mais de 30% dos *Impostos Directos*, como adiante se evidenciará;
- Concorrendo no mesmo sentido, a diminuição do *Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente* – menos 1,49% - em resultado da imposição legal em considerar como receita de capital a totalidade da nova verba da receita prevista no artigo 35º da Lei 35/2013, de 3 de setembro, na sua atual versão.

Do lado das rubricas que apresentaram incrementos, destaque para a *Venda de Serviços* (+19,8%), as *Outras Transferências Correntes* (+14,7%) e a *Venda de Bens* (+11,95).

O peso de cada componente das Receitas Correntes vai evidenciado no gráfico I.

**GRÁFICO I**  
**ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES**  
**2019**



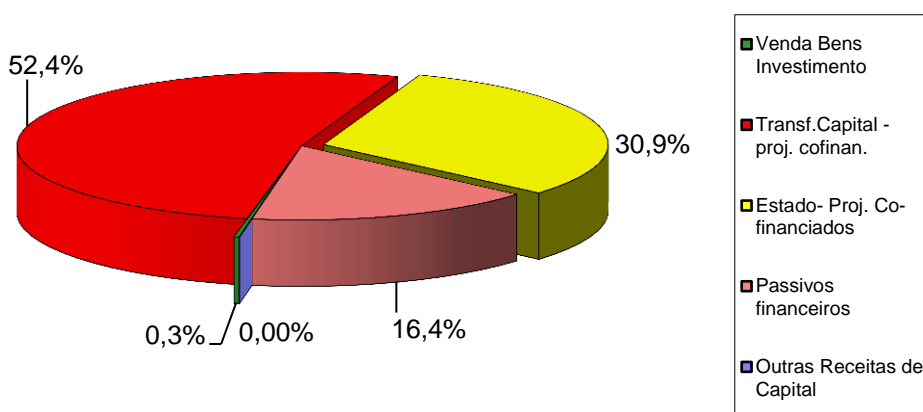
Verifica-se que a grande dependência das *Transferências* se agravou, muito em função da quebra dos Impostos Directos. Por outro lado o peso crescente que a *Venda de Serviços* e a *Venda de Bens* vem assumindo ao longo dos últimos anos ainda só permite que, em conjunto, estes dois indicadores representem cerca de 15% das **Receitas Correntes**.

Relativamente à componente das **Receitas de Capital**, o resultado global apurado resulta em boa parte

de terem sido ultrapassados, ainda que não totalmente, muitos dos constrangimentos e atrasos referidos no Relatório do ano anterior em obras de especial relevância financeira. No mesmo sentido concorreram a já descrita situação da transferência a que se refere o artigo 35º da Lei 73/2013, bem como a parte efetivamente arrecadada de empréstimos contratados.

Tal como se apresentou na componente corrente, vejamos agora qual a estrutura que se apresenta no lado das **Receitas de Capital** e verifique-se que, a par do emagrecimento da fatia correspondente às *Transferências* e da *Venda de Bens de Investimento*, corresponderam equivalentes acréscimos no *Estado-Projetos cofinanciados* e ao aparecimento da rubrica *Passivos Financeiros*:

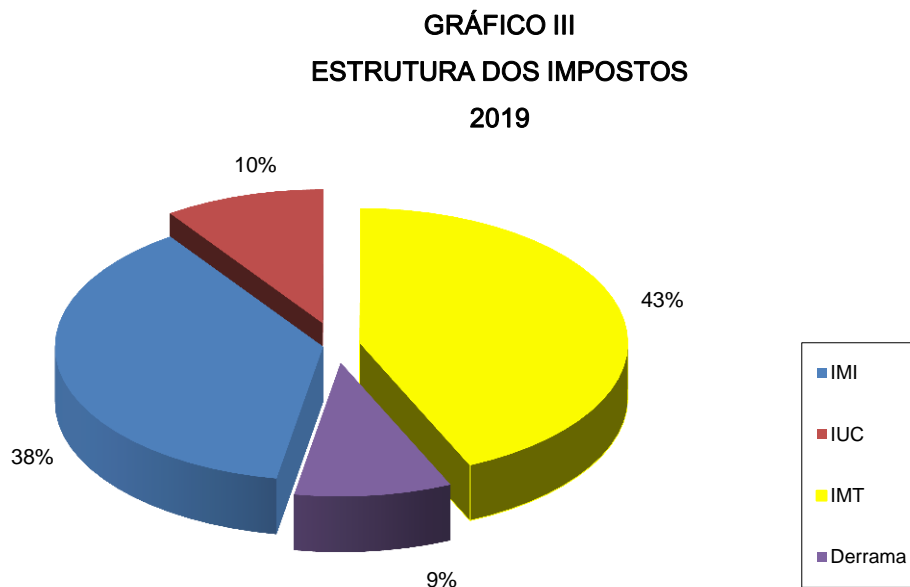
**GRÁFICO II**  
**ESTRUTURA DAS RECEITAS CAPITAL**  
**2019**



Analisando agora o comportamento dos Impostos Diretos recebidos durante 2019, atente-se nos dados constantes do quadro seguinte:

| <b>QUADRO II</b>                      |                     |                     |                     |                     |                     |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| <b>EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS</b> |                     |                     |                     |                     |                     |
|                                       | (em euros)          |                     |                     |                     |                     |
| Anos                                  | 2015                | 2016                | 2017                | 2018                | 2019                |
| <b>Rubricas</b>                       |                     |                     |                     |                     |                     |
| IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis | 1.420.764,08        | 1.308.445,65        | 1.357.400,32        | 1.431.238,70        | 1.077.571,20        |
| IUC - Imposto Único de Circulação     | 227.698,89          | 230.731,33          | 245.359,52          | 260.109,36          | 278.774,40          |
| IMT - Imp. Municipal Trans.Onerosas   | 1.296.062,14        | 1.178.417,05        | 1.496.148,04        | 2.253.766,69        | 1.239.894,76        |
| Derrama                               | 739,85              | 0,00                | 44.890,94           | 190.927,09          | 272.857,61          |
| <b>TOT. IMPOSTOS DIRECTOS</b>         | <b>2.945.264,96</b> | <b>2.717.594,03</b> | <b>3.143.798,82</b> | <b>4.136.041,84</b> | <b>2.869.097,97</b> |

Como já foi referido, o decréscimo global dos Impostos Diretos foi de 30,6%. Tal resultou da descida em quase 25% do IMI e de quase 45% do IMT, insuscetíveis de serem corrigidas pelos incrementos da Derrama (42,9%) e do IUC (7,11%). E são insuscetíveis de correção porque o peso estrutural das rubricas que apresentam decréscimo ultrapassa os 80%, enquanto as rubricas com incremento não chegam a 20%, como se pode verificar no gráfico seguinte:



Se a flutuação ocorrida ao nível do IMT até era de algum modo esperada – embora não fosse possível mensurar, uma vez que depende da iniciativa privada, já a descida do IMI foi algo surpreendente. No entanto ela derivou de reclamação deduzida por uma empresa – Montalvo – que tomou vencimento e da qual resultou a obrigatoriedade do município devolver cerca de 420 mil euros. Embora o município seja o beneficiário deste imposto, toda ação interposta e judicialmente ganha foi executada sem que tivesse havido qualquer notificação ao município beneficiário, nem durante a ocorrência do processo, nem sequer da própria decisão.

Depois de analisada a componente da **Receita**, vejamos como ocorreu o comportamento da **Despesa Municipal**, começando por apresentar os valores registados no último quinquénio:

| QUADRO III                    |                      |                      |                      |                      |                      |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| EVOLUÇÃO DAS DESPESAS         |                      |                      |                      |                      |                      |
|                               |                      |                      |                      |                      | (em euros)           |
| Anos                          | 2015                 | 2016                 | 2017                 | 2018                 | 2019                 |
| Rubricas                      |                      |                      |                      |                      |                      |
| Despesas com Pessoal          | 7.183.465,00         | 7.349.950,84         | 7.465.664,71         | 7.908.933,27         | 8.393.587,74         |
| Aquisição de Bens             | 1.595.482,86         | 1.503.889,68         | 1.789.682,19         | 1.849.608,20         | 1.745.785,15         |
| Aquisição de Serviços         | 3.427.009,38         | 3.551.950,83         | 3.526.726,47         | 3.435.305,33         | 3.612.334,08         |
| Juros e Outros Encargos       | 8.590,72             | 3.216,40             | 2.177,54             | 1.576,00             | 1.280,46             |
| Transferências Correntes      | 1.352.395,82         | 1.204.395,81         | 1.130.377,25         | 1.280.106,03         | 1.311.785,59         |
| * Administração Local         | 230.369,88           | 272.825,27           | 301.834,23           | 351.416,00           | 344.698,52           |
| * Inst. Sem Fins lucrat.      | 413.999,03           | 490.253,44           | 468.303,01           | 466.574,54           | 458.095,61           |
| * Outras Transferências       | 708.026,91           | 441.317,10           | 360.240,01           | 462.115,49           | 508.991,46           |
| Outras Despesas Correntes     | 185.423,42           | 203.332,28           | 121.459,68           | 56.446,18            | 64.111,20            |
| <b>T. DESPESAS CORRENTES</b>  | <b>13.752.367,20</b> | <b>13.816.735,84</b> | <b>14.036.087,84</b> | <b>14.531.975,01</b> | <b>15.128.884,22</b> |
| Investimento                  | 2.034.838,89         | 1.054.909,76         | 1.185.460,66         | 951.635,73           | 972.565,72           |
| * Terrenos                    | 30.000,00            | 108.390,00           | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| * Habitações                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 61.192,34            |
| * Edifícios                   | 1.074.061,57         | 311.258,92           | 371.726,64           | 250.902,78           | 219.133,75           |
| * Construções Diversas        | 158.451,50           | 35.082,74            | 204.919,02           | 0,00                 | 201.634,41           |
| * Outros investimentos        | 772.325,82           | 600.178,10           | 608.815,00           | 700.732,95           | 490.605,22           |
| Bens do domínio público       | 118.078,76           | 307.828,93           | 1.663.104,96         | 351.814,79           | 1.518.119,58         |
| Transferências de Capital     | 162.598,82           | 94.704,63            | 87.432,43            | 151.998,27           | 142.227,81           |
| Ativos Financeiros            | 118.512,00           | 118.512,00           | 118.512,00           | 88.884,00            | 59.256,00            |
| Passivos Financeiros          | 69.282,23            | 61.730,43            | 61.950,99            | 32.795,23            | 32.920,44            |
| Outras Despesas de Capital    | 0,00                 | 26.313,00            | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| <b>TOTAL DESPESAS CAPITAL</b> | <b>2.503.310,70</b>  | <b>1.663.998,75</b>  | <b>3.116.461,04</b>  | <b>1.577.128,02</b>  | <b>2.725.089,55</b>  |
| <b>TOTAL das DESPESAS</b>     | <b>16.255.677,90</b> | <b>15.480.734,59</b> | <b>17.152.548,88</b> | <b>16.109.103,03</b> | <b>17.853.973,77</b> |

No exercício de 2019 a **Despesa Municipal** apresenta um acréscimo de 10,8%, como resultado do efeito cumulativo de um crescimento de 4,1% das Despesas Correntes e de 72,8% das Despesas de Capital.

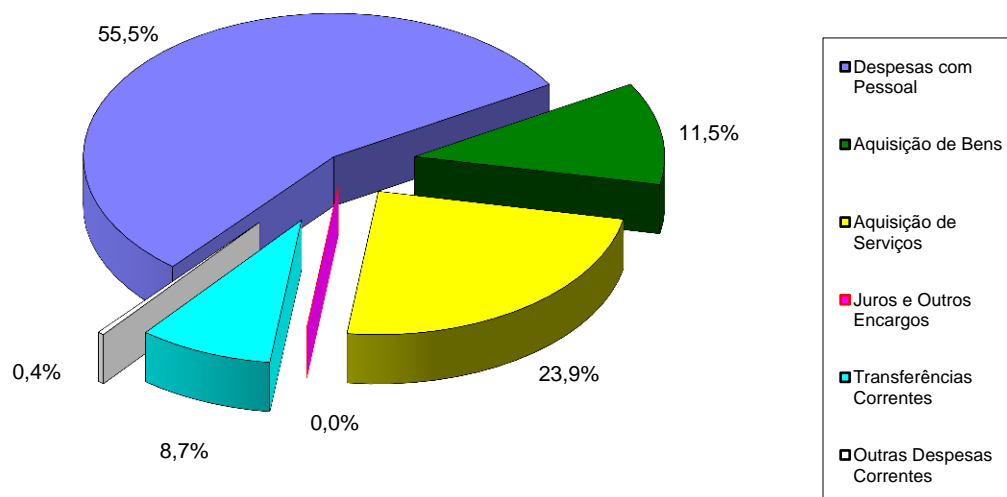
Aprofundando as situações relevantes, nas **Despesas Correntes**, destacam-se, do lado dos acréscimos, as *Despesas com Pessoal* (+6,1%), das *Outras Transferências* (+10,1%) e da *Aquisição de Serviços* (+5,1%); já do lado dos decréscimos, destaque para os *Juros e Outros Encargos* (-18,7%) e da *Aquisição de Bens* (-5,6%).

Do lado das **Despesas de Capital**, a rubrica responsável pelo forte acréscimo verificado foi o investimento em *Bens do Domínio Público* (+331,5%), em resultado do desbloquear de várias empreitadas, propiciando a execução, inclusivé financeira, de obras relevantes.



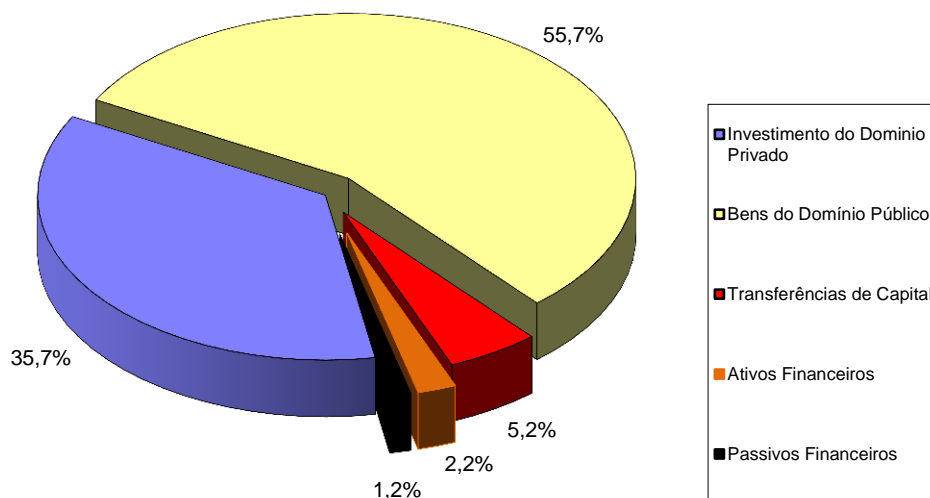
O peso relativo das Despesas Correntes e das Despesas de Capital vem bem evidenciado nos gráficos seguintes:

GRÁFICO IV  
ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES  
2019



Embora sem grandes diferenças relativamente ao ano transato, anote-se o acréscimo do peso estrutural das *Despesas com Pessoal* – que ultrapassou os 55% da totalidade das **Despesas Correntes** - e da *Aquisição de Serviços*.

GRÁFICO V  
ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL  
2019



O gráfico V evidencia de forma muito clara as profundas alterações estruturais ocorridas nesta área da despesa, destacando-se:

- A forte queda do peso dos *Investimentos no Domínio Privado* em mais de 24%;
- O aumento em mais de 33% do peso do *Investimento no Domínio Público* que agora se aproxima dos 60% do total das Despesas de Capital;

Ao invés do ano precedente os investimentos em espaço público foram determinantes nas alterações operadas, sendo expetável no curto prazo profundas alterações em alguns espaços públicos do concelho.

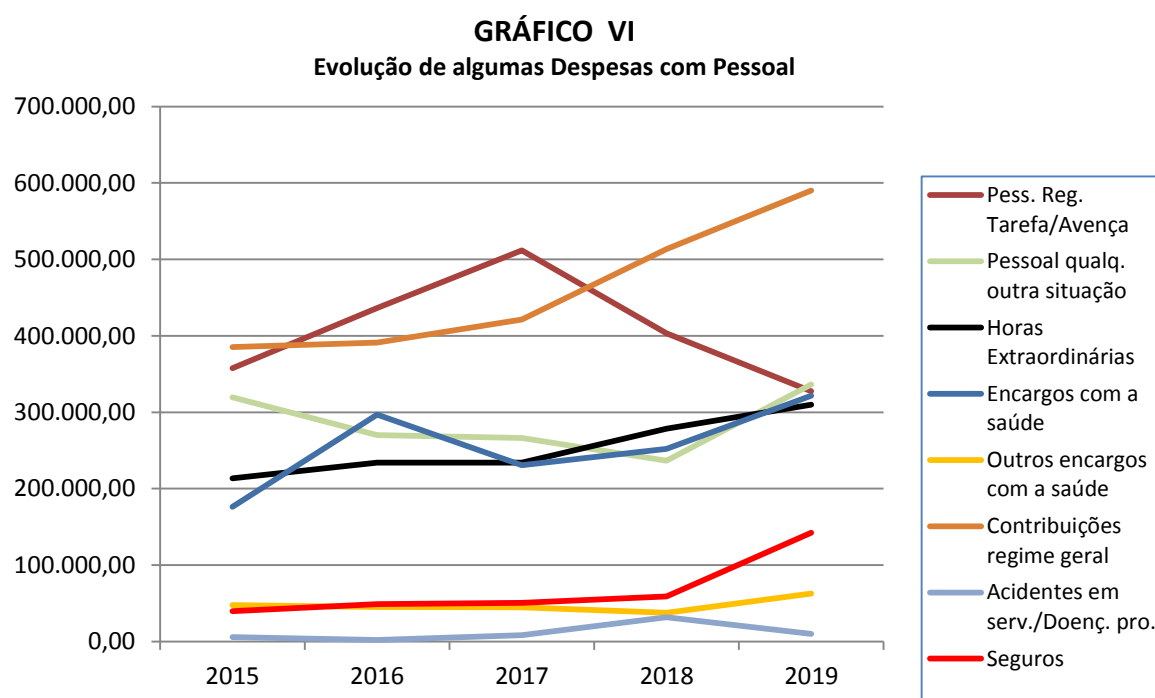
Analise-se agora com mais detalhe diversas rubricas das Despesas Correntes, começando pelas **Despesas com Pessoal** que, como já foi referido, cresceram 6,1% e que, como é conhecido, constituem a maior despesa na área corrente. Para tal atente-se nos valores inseridos no quadro seguinte:

| QUADRO IV                       |                     |                     |                     |                     |                     |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| DESPESAS COM PESSOAL            |                     |                     |                     |                     |                     |
|                                 |                     |                     |                     |                     | (em euros)          |
| Anos                            | 2015                | 2016                | 2017                | 2018                | 2019                |
| Rubricas                        |                     |                     |                     |                     |                     |
| Membros Órgãos autárquicos      | 140.553,82          | 151.300,95          | 143.358,90          | 155.285,48          | 154.915,77          |
| Pessoal quadros em funções      | 3.363.354,42        | 3.352.124,42        | 3.400.633,65        | 3.702.126,91        | 3.853.479,54        |
| Pess. Contratado a termo        | 6.050,96            | 18.961,61           | 8.410,36            | 0,00                | 0,00                |
| Pess. Reg. Tarefa/Avença        | 357.745,41          | 436.248,44          | 511.927,24          | 403.197,34          | 327.638,15          |
| Pess. aguardando aposentação    | 2.144,36            | 1.510,11            | 4.395,39            | 3.426,87            | 4.337,81            |
| Pessoal qualq. outra situação   | 319.367,16          | 270.264,76          | 266.169,92          | 236.417,01          | 336.392,32          |
| Despesas de representação       | 37.175,98           | 37.237,40           | 37.995,77           | 38.209,08           | 42.150,53           |
| Subsidio de Refeição            | 408.639,61          | 370.593,30          | 420.926,79          | 452.625,30          | 454.476,06          |
| Sub. Férias e de Natal          | 634.269,31          | 648.523,15          | 654.568,11          | 718.098,21          | 755.578,61          |
| Rem. Doença, Mater. e Pater.    | 94.031,59           | 69.187,07           | 88.546,72           | 82.650,43           | 86.933,95           |
| Horas Extraordinárias           | 213.497,29          | 234.209,11          | 234.223,47          | 278.423,23          | 310.033,27          |
| Ajudas de Custo                 | 42.757,36           | 41.471,91           | 28.120,65           | 29.260,96           | 29.067,80           |
| Abono para falhas               | 15.350,02           | 26.898,24           | 21.527,02           | 22.783,62           | 19.796,92           |
| Sub. de turno                   | 65.864,91           | 69.170,55           | 71.456,02           | 75.637,22           | 80.257,22           |
| Indemn. cessação de funções     | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                |
| Outros Supl. e prémios          | 14.315,21           | 15.872,32           | 14.491,48           | 17.290,19           | 18.680,96           |
| Encargos com a saúde            | 176.280,71          | 296.920,44          | 230.558,46          | 251.921,95          | 321.690,97          |
| Outros encargos com a saúde     | 47.596,34           | 45.214,21           | 44.604,91           | 37.617,71           | 62.822,34           |
| Subs. Familiar crianças/jovens  | 33.428,67           | 40.446,46           | 37.382,81           | 44.156,99           | 36.984,11           |
| Outras prest. Familiares        | 0,00                | 2.566,80            | 8.723,46            | 4.708,87            | 3.427,17            |
| Contribuições CGA               | 763.181,99          | 758.684,26          | 744.062,63          | 732.791,44          | 737.613,18          |
| Contribuições regime geral      | 385.197,07          | 391.217,45          | 421.167,11          | 513.371,01          | 590.052,82          |
| Outras cont. para a seg. social | 0,00                | 8.919,63            | 11.812,15           | 13.237,41           | 11.531,54           |
| Acidentes em serv./doença pro.  | 5.807,88            | 2.117,60            | 8.150,58            | 31.809,42           | 9.878,91            |
| Outras pensões                  | 4.805,55            | 8.532,37            | 0,00                | 0,00                | 0,00                |
| Seguros                         | 39.916,76           | 49.057,23           | 50.708,06           | 59.130,35           | 142.243,80          |
| Outras despesas seg. social     | 12.132,72           | 2.701,05            | 1.743,05            | 4.756,27            | 3.603,99            |
| Deslocações e estadas           | 6.328,15            | 6.055,10            | 4.892,12            | 2.125,33            | 2.975,16            |
| <b>TOTAL DESPESAS c/Pessoal</b> | <b>7.189.793,25</b> | <b>7.356.005,94</b> | <b>7.470.556,83</b> | <b>7.911.058,60</b> | <b>8.396.562,90</b> |

Esclareça-se desde já que o valor global apresentado no quadro supra é diferente do total da classe económica 01, uma vez que se entendeu, como habitual, anexar uma rubrica do grupo das aquisições de serviços, no caso a rubrica Deslocações e Estadas.

Das 28 desagregações consideradas, apenas 8 tiveram variações, positivas ou negativas, que cumprem o filtro de tal variação ser maior ou igual a 10% e alteração de valor ser maior ou igual a 10.000,00 euros.

São esses casos que constam do gráfico seguinte, onde se espelha a sua evolução no período 2015-2019:



Três situações merecem especial preocupação: o aumento de custo nos *Seguros* – o maior crescimento em percentagem – derivado dos lamentáveis acidentes ocorridos nos últimos anos, embora o ano de 2019 não tenha registado casos graves; o acréscimo das despesas com a área da *Segurança Social*, que já representa quase 16% do total das *Despesas com Pessoal*, o crescente peso das despesas com saúde que quase duplicaram no espaço de cinco anos. Por outro lado manteve-se a tendência descendente dos custos com *Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença*.

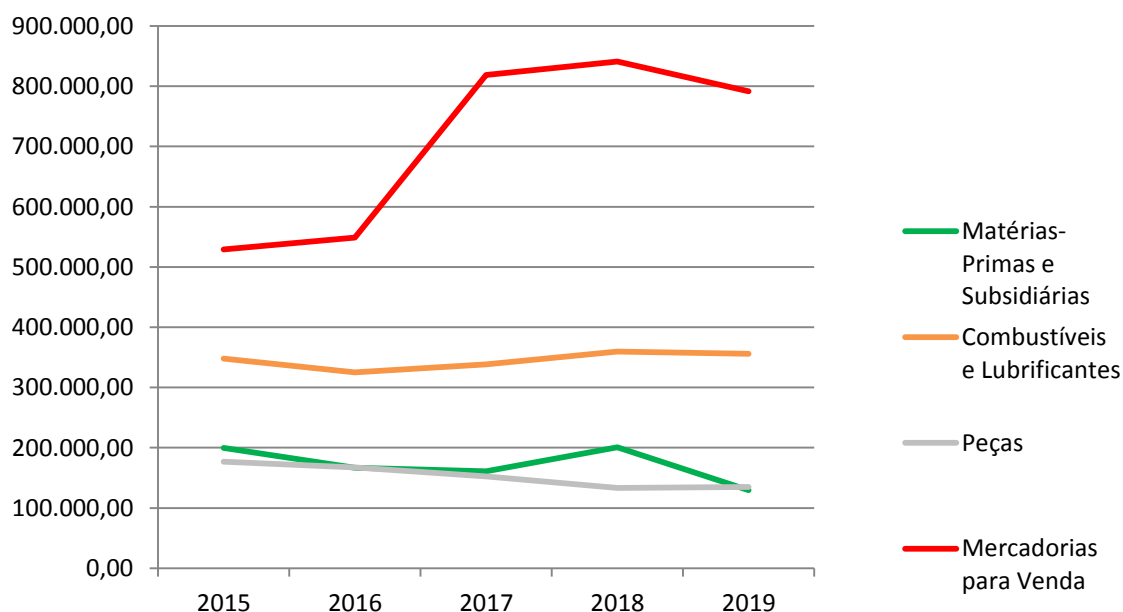
As parcelas relativas às Aquisições de Bens e Serviços, em 2019, representaram mais de 35% do conjunto das Despesas Correntes, percentagem ligeiramente inferior à registada no ano anterior. Parece assim adequado aprofundar melhor estas duas áreas. Vejam-se os valores inscritos no quadro V, onde se espelha a evolução da Aquisição de Bens ao longo dos últimos 5 anos:

| QUADRO V                          |                     |                     |                     |                     |                     |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| AQUISIÇÃO DE BENS                 |                     |                     |                     |                     |                     |
|                                   |                     |                     |                     |                     | (em euros)          |
| Anos                              | 2015                | 2016                | 2017                | 2018                | 2019                |
| <b>Rubricas</b>                   |                     |                     |                     |                     |                     |
| Matérias-primas e subsidiárias    | 199.736,79          | 166.449,73          | 160.725,14          | 200.916,77          | 129.274,01          |
| Combustíveis e lubrificantes      | 347.986,99          | 325.022,46          | 338.516,04          | 359.414,27          | 355.769,44          |
| Limpeza e higiene                 | 25.346,16           | 29.818,38           | 35.302,40           | 33.166,33           | 37.394,86           |
| Alimentação                       | 45.456,60           | 47.223,90           | 54.778,61           | 56.698,19           | 52.132,68           |
| Vestuário                         | 27.835,11           | 38.718,98           | 68.491,27           | 36.495,73           | 40.622,68           |
| Material de escritório            | 36.661,16           | 29.026,56           | 25.517,87           | 21.673,90           | 20.568,27           |
| Produtos químicos e farmacêuticos | 38.908,90           | 33.696,22           | 24.154,10           | 32.090,97           | 20.251,81           |
| Peças                             | 176.910,55          | 167.055,24          | 152.524,07          | 133.024,07          | 134.582,13          |
| Mercadoria para venda             | 529.313,47          | 548.850,36          | 818.813,36          | 840.849,25          | 791.376,75          |
| Ferramentas e utensílios          | 5.463,51            | 7.532,07            | 8.232,50            | 5.576,80            | 5.107,87            |
| Material de educação e cultura    | 46.861,10           | 24.502,73           | 24.995,84           | 28.927,66           | 24.311,01           |
| Outros bens                       | 115.002,52          | 85.993,05           | 77.630,99           | 100.774,26          | 134.393,64          |
| <b>Total</b>                      | <b>1.595.482,86</b> | <b>1.503.889,68</b> | <b>1.789.682,19</b> | <b>1.849.608,20</b> | <b>1.745.785,15</b> |

Registe-se que o peso das rubricas *Combustíveis* e *Lubrificantes* e *Mercadorias para Venda*, em conjunto, são responsáveis por mais de 60% dos bens adquiridos pelo município. Esta última rubrica é composta quase na totalidade pelos pagamentos realizados às Águas Públicas do Alentejo (AGDA), na compra da componente variável deste bem essencial.

O gráfico VII ilustra bem os custos dos quatro principais itens que representam mais de 80% das compras de bens efetuadas:

**GRÁFICO VII**  
Evolução da aquisição de alguns bens



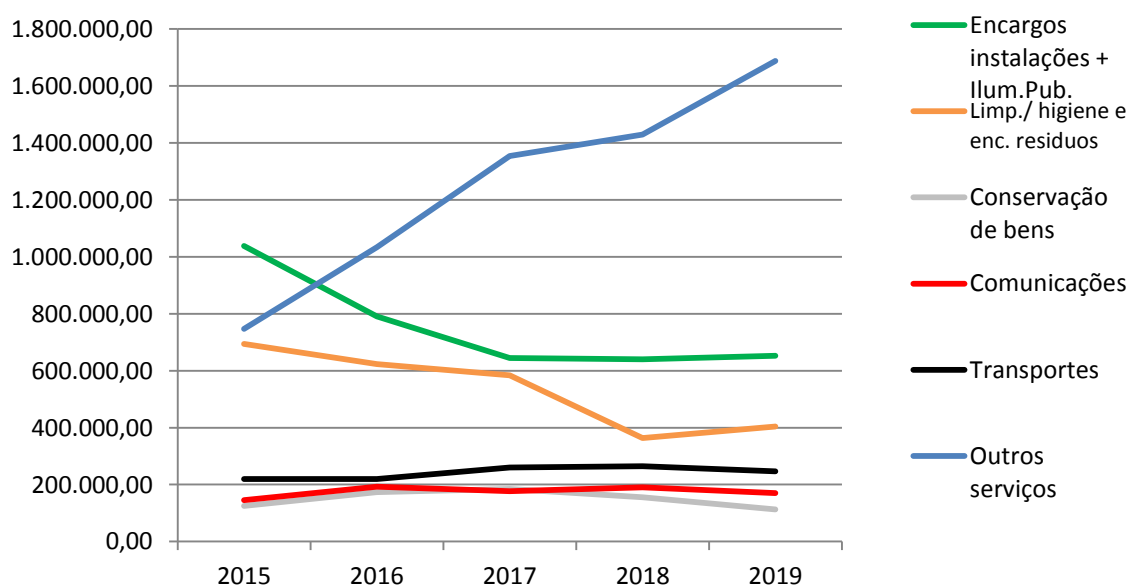
Realizando agora idêntica leitura no que respeita às Aquisições de Serviços, atente-se nos valores inseridos no quadro VI:

| Quadro VI                                 |                     |                     |                     |                     |                     |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Aquisição de serviços                     |                     |                     |                     |                     |                     |
|   | (em euros)          |                     |                     |                     |                     |
| Anos                                      | 2015                | 2016                | 2017                | 2018                | 2019                |
| Encargos instalações + Iluminação Pública | 1.037.570,37        | 790.932,93          | 644.922,14          | 640.004,64          | 651.905,07          |
| Limp. higiene e enc. resíduos             | 694.065,91          | 623.277,97          | 584.138,38          | 363.182,53          | 403.906,51          |
| Conservação de bens                       | 125.069,08          | 173.047,13          | 184.331,57          | 155.054,34          | 113.057,80          |
| Comunicações                              | 145.403,61          | 192.221,33          | 176.625,54          | 190.618,41          | 170.613,76          |
| Transportes                               | 219.478,49          | 219.976,69          | 260.458,00          | 264.671,86          | 247.057,00          |
| Estudos e pareceres                       | 54.200,00           | 140.491,09          | 53.224,88           | 107.517,90          | 87.530,49           |
| Publicidade                               | 44.754,16           | 36.195,63           | 34.851,74           | 27.732,49           | 32.061,16           |
| Assistência técnica                       | 59.225,92           | 46.648,61           | 56.586,91           | 49.222,33           | 52.388,33           |
| Trabalhos especializados                  | 212.549,34          | 227.013,18          | 98.087,45           | 110.128,22          | 100.983,26          |
| Encargos de cobrança                      | 88.388,79           | 68.367,29           | 79.911,67           | 98.711,62           | 65.234,30           |
| Outros serviços                           | 746.303,71          | 1.033.778,98        | 1.353.588,19        | 1.428.460,99        | 1.687.596,40        |
| <b>Total</b>                              | <b>3.427.009,38</b> | <b>3.551.950,83</b> | <b>3.526.726,47</b> | <b>3.435.305,33</b> | <b>3.612.334,08</b> |

Apesar de algumas variações, positivas e negativas, as diferenças registadas, em comparação com os valores referentes ao ano anterior, não são muito significativas. Em percentagem a maior variação reporta-se aos *Encargos de Cobrança*, consequência lógica da queda da receita oriunda dos *Impostos Diretos*.

Veja-se a seguir a evolução dos seis principais itens referentes a serviços adquiridos:

**GRÁFICO VIII**  
Evolução da aquisição dos principais serviços



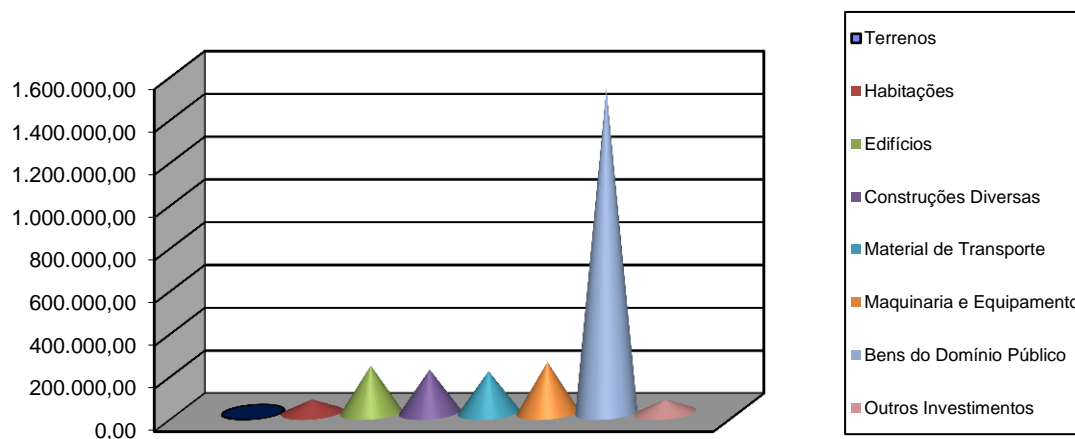
Deixando agora a área das Despesas Correntes, atentemos nas componentes das Despesas de Capital, começando pela análise relativa ao Investimento, porventura a integrante de maior relevância. Vejamos então os valores inscritos no quadro VII:

| QUADRO VII                  |                     |                     |                     |                     |                     |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO    |                     |                     |                     |                     |                     |
|                             | (em euros)          |                     |                     |                     |                     |
| Anos                        | 2015                | 2016                | 2017                | 2018                | 2019                |
| Rubricas                    |                     |                     |                     |                     |                     |
| Terrenos                    | 30.000,00           | 108.390,00          | 0,00                | 0,00                | 0,00                |
| Habitacões                  | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 61.192,34           |
| Edifícios                   | 1.074.061,57        | 311.258,92          | 371.726,64          | 250.902,78          | 219.133,75          |
| Construções Diversas        | 158.451,50          | 35.082,74           | 204.919,02          | 0,00                | 201.634,41          |
| Material de Transporte      | 321.791,59          | 266.679,37          | 295.067,01          | 292.975,51          | 193.598,06          |
| Maquinaria e Equipamento    | 312.029,99          | 160.349,13          | 124.601,49          | 269.337,74          | 236.180,66          |
| Bens do Domínio Público     | 118.512,00          | 307.828,93          | 1.663.104,96        | 351.814,79          | 1.518.119,58        |
| Outros Investimentos        | 138.504,24          | 173.149,60          | 189.146,50          | 138.419,70          | 60.826,50           |
| <b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b> | <b>2.153.350,89</b> | <b>1.362.738,69</b> | <b>2.848.565,62</b> | <b>1.303.450,52</b> | <b>2.490.685,30</b> |

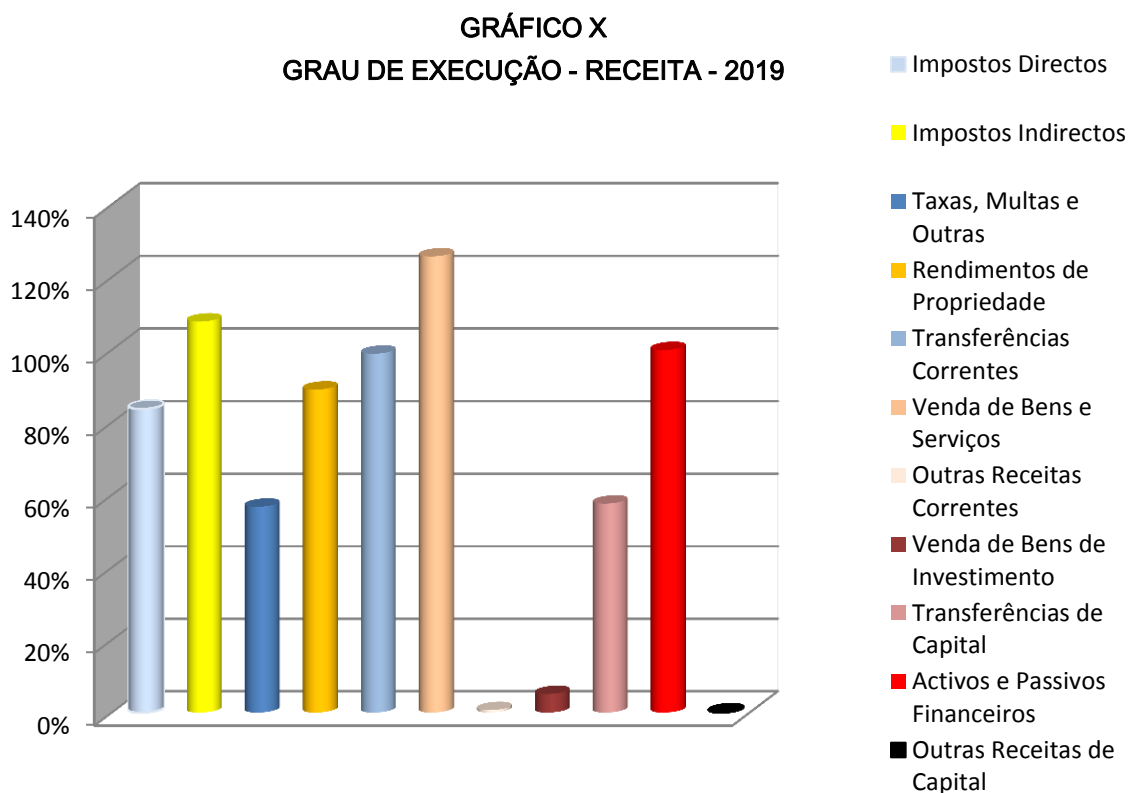
A execução financeira do Investimento municipal, relativamente a 2018, subiu mais de 1,1 milhões de euros, sendo, na sua quase totalidade, responsável por tal acréscimo a componente de Investimento efetuada em *Bens do Domínio Público*.

Esta rubrica, só por si, representou mais de 60% do investimento municipal em 2019, relegando para patamares de pequena dimensão, cada uma das restantes rubricas que compõem o investimento realizado. Como resulta evidente no gráfico seguinte:

GRÁFICO IX  
INVESTIMENTO - 2019



Ao longo das páginas anteriores referimo-nos aos resultados financeiros obtidos pelo município no exercício em apreço. Chegou agora o momento de verificar as previsões corrigidas e os resultados alcançados. Considerem-se os dados referidos nos gráficos X e XI, onde se dá conta do grau de execução obtido, quer nas **Receitas**, quer nas **Despesas**, em função das desagregações consideradas:

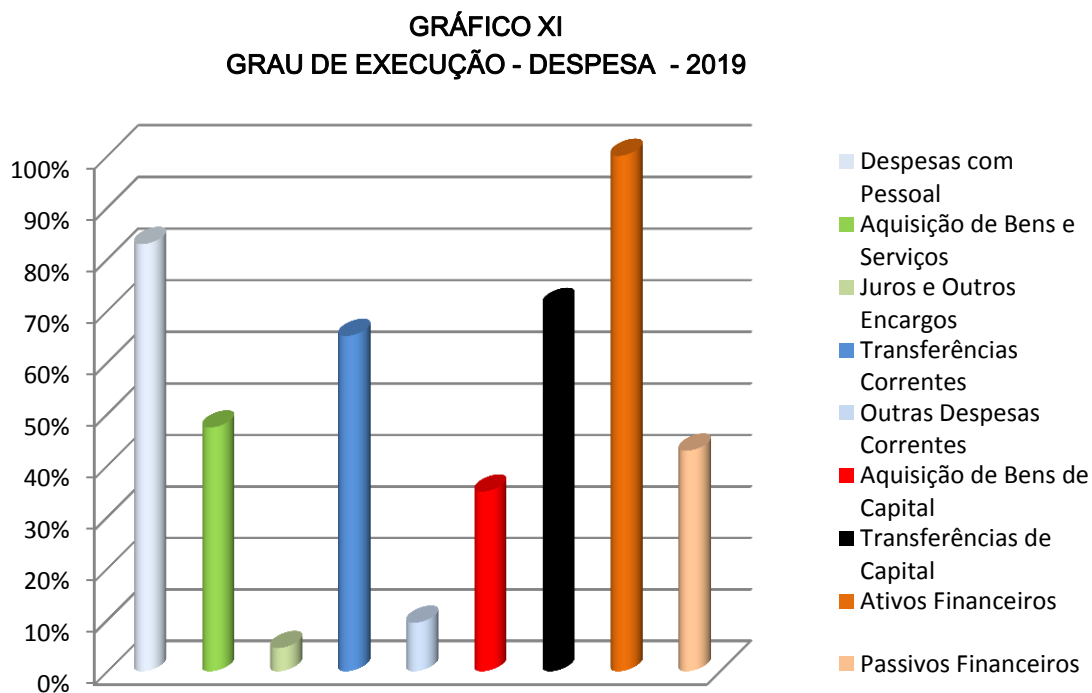


Globalmente o grau de execução da **Receita** foi de 66,6% dos valores previstos e corrigidos, um pouco inferior ao do ano transato. No exercício em apreço duas componentes ultrapassaram o total da execução corrigida prevista, uma delas de forma expressiva – a *Venda de Bens e Serviços*. O outro caso foi a rubrica *Impostos Indirectos*.

No gráfico supra os tons vermelhos e preto correspondem à área de capital e os tons azuis e amarelos à área corrente.



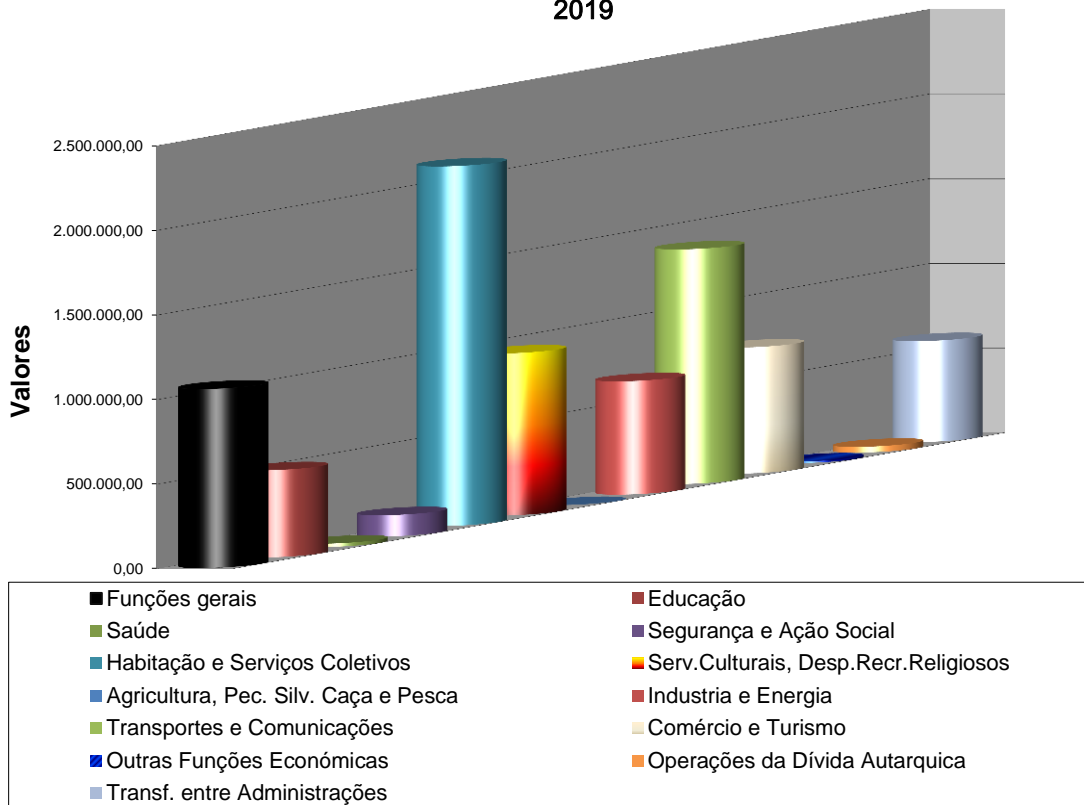
Veja-se agora idêntico gráfico, mas do lado da **Despesa**:



Na área das **Despesas** o grau de execução ficou-se por 56,5%, também ligeiramente menor que no ano transato, em resultado dum grau de execução da **Despesa Corrente** de 62,6% e dum grau de execução da **Despesa de Capital** de apenas 36,5%. Os tons vermelhos e preto referem-se, no gráfico, às **Despesas de Capital**. Naturalmente e como é sabido e já anteriormente se tinha esclarecido, nesta área não é legalmente possível ir além do orçamento corrigido, ou seja o grau de execução nunca pode ser superior a 100%.

Finalmente, o gráfico XII dá-nos a perspetiva visual da forma como a execução orçamental onerou as diversas funções cometidas a esta autarquia, mantendo-se, tal como no ano transato, o agregado *Habitação e Serviços Coletivos* como o principal destino dos recursos financeiros desta Autarquia, agora seguida dos *Transportes e Comunicações*:

**GRÁFICO XII**  
**SINTESE DA SITUAÇÃO FUNCIONAL**  
**2019**



## ANÁLISE NA ÓTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através das Instruções nº 1/2019 - Plenário Geral, publicadas na IIª Série do Diário da República nº 46/2019 de 6 de março, incluem nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica.

O Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia no princípio da especialização do exercício.

Se por um lado, a execução orçamental reflete os comportamentos da receita e da despesa do exercício económico, por outro lado, o Balanço e a Demonstração de Resultados dão a conhecer a atividade do município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

A presente análise tem como suporte o Balanço e as Demonstrações Financeiras do município de Alcácer do Sal referentes ao exercício de 2019 e procura refletir a situação financeira e patrimonial, comparando o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos Fundos Próprios, ou seja, a situação líquida do município.

Para uma melhor compreensão das rubricas a analisar neste relatório, apresentamos a definição de alguns conceitos contabilísticos.

O **Balanço** é o mapa contabilístico que relata a posição financeira e patrimonial de uma entidade reportado ao final de um exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da entidade.

A comparação entre o ativo e o passivo dá-nos a conhecer o valor e a natureza da situação líquida, evidenciando a situação patrimonial da organização, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que lhe estão afetos.

O **Ativo** corresponde à componente positiva do balanço patrimonial de uma autarquia. Conforme modelo definido pelo POCAL, do ativo obtém-se informação do valor bruto (AB), dos ajustamentos e desgastes acumulados (AP) e do valor líquido (AL), referentes ao exercício em análise, bem como do valor líquido do ano anterior.

O ativo é o conjunto dos bens e direitos da entidade, sendo esta massa patrimonial dividida em três grupos:

Ativo Circulante, que corresponde aos meios monetários (disponibilidades) e outros elementos do ativo que se preveem ser transformados em meios monetários no prazo de um ano, (existências e dívidas a receber);

Ativo Fixo, que corresponde aos elementos do ativo que permanecem na entidade por períodos superiores a um ano, sendo constituído pelo imobilizado (bens do domínio público, corpóreo, incorpóreo e financeiro) e eventualmente dívidas a receber de médio e longo prazo;

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a custos diferidos e a acréscimo de proveitos, por obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

O **Passivo** representa as obrigações do município provenientes da sua atividade, correspondem à componente negativa do balanço da autarquia, sendo constituído por três grandes áreas componentes:

Passivo circulante, constituído pelas obrigações que se vencem no prazo de um ano, (dívidas a fornecedores, Estado, etc.);

Passivo de médio e longo prazo, corresponde às obrigações que se vencem num prazo superior a um ano, (normalmente dívidas a instituições de crédito);

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a proveitos diferidos e a acréscimos de custos, também em obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os **Fundos Próprios** representam a diferença entre o Ativo e o Passivo de uma entidade numa determinada data, neste caso no fim do exercício de 2019, os quais também se podem designar por “Património Líquido”.

Traduzem portanto, o conjunto de todos os bens e direitos deduzidos das obrigações da entidade, englobando o património da autarquia, bem como as reservas e os resultados transitados.

Assim, o **Balanço** reportado ao encerramento do exercício económico de 2019 é o mapa contabilístico que reflete a posição financeira e patrimonial do município naquele momento.

### **Análise da Estrutura do Balanço**

Como já foi referido, do ativo fazem parte todos os bens e direitos ao dispor do município, que são apresentados segundo a sua natureza e por ordem crescente de liquidez, com referência ao imobilizado, às existências, às dívidas de terceiros, às disponibilidades e aos acréscimos de proveitos.

São ainda componentes do balanço, os fundos próprios e o passivo, sendo que, os fundos próprios representam o património da autarquia, constituído por todo o património inicial apurado à data da entrada em vigor do POCAL, mais o património registado nos exercícios seguintes, bem como do

património criado em função do nível de atividade económica da autarquia e apurado através do resultado líquido do exercício; relativamente ao passivo, este representa o conjunto de todas as obrigações do município para com terceiros e está organizado de acordo com os prazos de exigibilidade da dívida, a começar pela de médio e longo prazo, seguida da de curto prazo.

| Balço em 31 de dezembro de 2019           |                        |                |                        |                |
|---|------------------------|----------------|------------------------|----------------|
|   | 2019                   | %              | 2018                   | %              |
| <b>ATIVO</b>                              |                        |                |                        |                |
| <b>Ativo Fixo</b>                         | <b>55.818.277,96 €</b> | <b>82,15%</b>  | <b>55.156.175,93 €</b> | <b>81,44%</b>  |
| Imobilizado                               | 55.818.277,96 €        |                | 55.156.175,93 €        |                |
| <b>Ativo Circulante</b>                   | <b>10.352.169,33 €</b> | <b>15,24%</b>  | <b>10.813.295,86 €</b> | <b>15,97%</b>  |
| Existências                               | 374.029,87 €           |                | 339.118,24 €           |                |
| Dívidas de Terceiros                      | 6.438.365,89 €         |                | 7.165.951,99 €         |                |
| Disponibilidades                          | 3.539.773,57 €         |                | 3.308.225,63 €         |                |
| <b>Acréscimos e diferimentos</b>          | <b>1.777.011,74 €</b>  | <b>2,62%</b>   | <b>1.754.816,22 €</b>  | <b>2,59%</b>   |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>67.947.459,03 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>67.724.288,01 €</b> | <b>100,00%</b> |
| <b>Fundos Próprios</b>                    | <b>48.658.956,51 €</b> | <b>71,61%</b>  | <b>49.309.005,21 €</b> | <b>72,81%</b>  |
| Património                                | 46.036.519,05 €        |                | 45.687.197,05 €        |                |
| Reservas                                  | 859.481,85 €           |                | 825.910,77 €           |                |
| Subsídios                                 | 397.628,02 €           |                | 397.628,02 €           |                |
| Doações                                   | 308.773,61 €           |                | 308.773,61 €           |                |
| Resultados transitados                    | 2.031.231,05 €         |                | 1.418.074,07 €         |                |
| Resultados líquidos                       | -974.677,07 €          |                | 671.421,69 €           |                |
| <b>Passivo</b>                            | <b>2.347.867,55 €</b>  | <b>3,46%</b>   | <b>1.054.991,05 €</b>  | <b>1,56%</b>   |
| Provisões para riscos e encargos          | 573.411,72 €           |                | 0,00 €                 |                |
| Dívidas a terceiros - médio e longo prazo | 546.664,76 €           |                | 165.579,56 €           |                |
| Dívidas a terceiros - curto prazo         | 1.227.791,07 €         |                | 889.411,49 €           |                |
| <b>Acréscimos e diferimentos</b>          | <b>16.940.634,97 €</b> | <b>24,93%</b>  | <b>17.360.291,75 €</b> | <b>25,63%</b>  |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>67.947.459,03 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>67.724.288,01 €</b> | <b>100,00%</b> |

## **Estrutura do Ativo**

A composição do ativo da autarquia mostra que o Imobilizado, enquanto única rubrica do ativo fixo do município, absorve cerca de 82% do total do seu valor. O peso muito significativo que o Imobilizado detém neste município é uma característica verificada ao longo dos anos, embora se verifique um ligeiro aumento de 2018 para 2019.

A evolução do peso da rubrica de Imobilizado face ao período homólogo foi positiva em 0,71%, registando, um acréscimo de cerca de 662 mil euros.

O Ativo do município apresenta um aumento na ordem de 223 mil euros no ano 2019, revelando-se determinante o aumento nas rubricas de Imobilizado e Disponibilidades, que compensaram a diminuição na rubrica Dívidas de Terceiros em mais de 720 mil euros.

O ativo circulante tem um peso de 15,24% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, e apresenta um peso percentual ligeiramente inferior ao registado no ano 2018 em 0,73%, o que, em valor absoluto representa uma redução de cerca de 461 mil euros.

As disponibilidades finais ascendem a 3.539.773,57€, dos quais 3.231.047,27€ se referem a operações orçamentais, e que agora se propõe serem incorporados nas receitas de 2020 na rubrica Saldo para a Gerência Seguinte.

No que concerne à rubrica dívidas de terceiros, a diminuição verificada ficou a dever-se essencialmente ao recebimento efetivo de valores anteriormente reconhecidos como dívida relacionados com os seguintes projetos:

- a) Interface de Transportes da Zona Ribeirinha Nascente (cerca de 417 mil euros);
  - b) Reconversão Urbanística da Zona Ribeirinha Nascente - Parque Urbano (cerca de 298 mil euros) e
  - c) Requalificação do Museu Pedro Nunes (cerca de 22 mil euros),
- todos candidatados no âmbito do Programa Alentejo 2020.

## **Estrutura do Passivo e Fundos Próprios**

Relativamente à estrutura do Passivo, as dívidas a terceiros estão desagregadas conforme o prazo de exigibilidade.

O passivo aumentou cerca de 1.292 mil euros face a 2018, sobretudo por reflexo das seguintes situações:

- a) Constituição de provisão para riscos e encargos de processos judiciais no valor de 573.411,72€, referente à ação intentada pela Vibeiras, Soc. Comercial de Plantas SA e Mota Engil – Engenharia e

Construção SA, no âmbito do processo da empreitada “Requalificação Urbana do espaço Público da Margem Norte do Rio Sado”. A constituição desta provisão foi realizada, em conformidade com o princípio da prudência e de acordo com informação jurídica emitida sobre este assunto;

b) No decurso do ano 2019 foram contratados dois empréstimos de Médio e Longo prazo para financiamento do Interface de Transportes da Zona Ribeirinha Nascente e da Reconversão Urbanística da Zona Ribeirinha Nascente - Parque Urbano. Apesar do valor total contratado dos dois novos empréstimos ascender a 809.634,12€, aqui refletem-se apenas os valores recebidos em 2019 que perfazem o montante de 443.633,64€, que conjugado com as normais amortizações dos empréstimos já existentes, fez aumentar a dívida a terceiros de médio e longo prazo em cerca de 410 mil euros;

c) Bem como um generalizado aumento da dívida a terceiros de curto prazo que perfaz um valor de cerca de 338 mil euros.

No que respeita a Fundos Próprios, o RLE de 2019 apresenta um valor negativo de 974.677,07€, diminuindo face a 2018 em cerca de 1.646 mil euros. Este diferencial resulta essencialmente do agravamento significativo dos resultados operacionais do município.

Em 2019 verificou-se um aumento nos custos operacionais face a 2018, em cerca de 5,69%, por outro lado, os proveitos operacionais tiveram uma variação negativa de 4,37%, que em valor absoluto se traduz num decréscimo em cerca de 1.685 mil euros.

A diminuição dos proveitos operacionais, incidiu sobre a rubrica Impostos e Taxas que registou uma diminuição de 1.400 mil euros face a 2018, por força principalmente, de uma diminuição do IMI e IMT, já o aumento dos custos operacionais foi transversal a todas as rubricas salientando-se os custos com pessoal que aumentaram cerca de 525 mil euros e as provisões do exercício que aumentaram 382 mil euros face ao período homologado.

#### Apresentação de alguns rácios económico-financeiros:

| RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS                  | Ano %  |        |
|---|--------|--------|
|   | 2019   | 2018   |
| <b>LIQUIDEZ GERAL</b>                         |        |        |
| Ativo circulante/Passivo de curto prazo       | 8,43   | 12,16  |
| <b>ENDIVIDAMENTO</b>                          |        |        |
| Dívidas a terceiros/Fundos Próprios e passivo | 3,46%  | 1,56%  |
| <b>AUTONOMIA FINANCEIRA</b>                   |        |        |
| Fundos Próprios/Ativo total                   | 71,61% | 72,81% |
| <b>GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO</b>       |        |        |
| Capitais Permanentes/Ativo fixo               | 88,15% | 89,70% |

## Análise da Liquidez

Os indicadores retratam a capacidade da autarquia para solver as suas obrigações a curto prazo (1 ano) determinando em que grau o ativo circulante oferece cobertura ao exigível a curto prazo.

O rácio de Liquidez Geral mede a capacidade que o município possui para cumprir as suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste à solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Este indicador demonstra em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos ativos que se esperam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período supostamente correspondente ao do vencimento das dívidas de curto prazo.

É desejável que este rácio ultrapasse pelo menos o valor de “um”, significando dessa forma, que a autarquia tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pelos valores demonstrados no quadro anterior de Rácios Económicos e Financeiros, verificamos que o município de Alcácer não demonstra dificuldades para satisfazer os seus compromissos de curto prazo uma vez que o rácio apresenta um valor “oito” vezes superior ao valor mínimo de referência, cifrando-se em 8,43, diminuindo face a 2018, em 3,73.

O rácio do Endividamento indica qual a proporção que o município utiliza de capital alheio no financiamento da sua atividade. Relativamente a 2018 este rácio subiu, passando de 1,56% para 3,46%, agravando a respetiva situação.

O rácio da Autonomia Financeira permite analisar em que percentagem é que o ativo do município se encontra a ser financiado por capitais próprios. Pelos valores apostos no quadro supra, concluímos que o rácio de autonomia financeira do município em 2019 diminuiu ligeiramente face ao registado em 2018 – passando de 72,81% para 71,61% mantendo a tendência deste indicador.

O rácio do Grau de Cobertura do Imobilizado diminuiu em 2019, permitindo concluir que o ativo fixo em 2019 foi financiado em 88,15% por capitais permanentes – já em 2018, o indicador homólogo registou o valor de 89,70%.

Todos os rácios registaram um decréscimo face a 2018, este facto deveu-se ao forte crescimento do Passivo Municipal, por oposição ao fraco crescimento do Ativo Municipal, situações às quais já se fez referência.



## Ativo

Durante o exercício de 2019 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imobilizações:

### Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

| Ano: 2019    |  |                        |                                   |                       |                     |   |                        |
|--------------|--|------------------------|-----------------------------------|-----------------------|---------------------|---|------------------------|
| Rubricas     |  | Saldo Inicial          | Reavaliações<br>+<br>Ajustamentos | Aumentos              | Alienações          | Sinistros+<br>Abates+<br>Transferências | Saldo Final            |
| 451          | Terrenos e recursos naturais   | 670.855,76 €           | 0,00 €                            | 63.249,00 €           | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 734.104,76 €           |
| 452          | Edifícios  | 59.772,00 €            | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 59.772,00 €            |
| 453          | Outras construções e infraestruturas                                   | 44.252.438,36 €        | 0,00 €                            | 38.081,90 €           | 0,00 €              | 31.907,77 €                             | 44.322.428,03 €        |
| 455          | Bens do património histórico, artístico e cultural                     | 33.108,26 €            | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 33.108,26 €            |
| 459          | Outros bens de domínio público   | 182.229,48 €           | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 182.229,48 €           |
| 445          | Imobilizações em curso   | 158.012,86 €           | 0,00 €                            | 1.774.274,93 €        | 0,00 €              | -76.007,38 €                            | 1.856.280,41 €         |
| 446          | Adiantamentos por conta de bens domínio público                        | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| <b>Total</b> |  | <b>45.356.416,72 €</b> | <b>0,00 €</b>                     | <b>1.875.605,83 €</b> | <b>0,00 €</b>       | <b>-44.099,61 €</b>                     | <b>47.187.922,94 €</b> |
| 431          | Despesas de instalação   | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| 432          | Despesas investigação e desenvolvimento                                | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| 433          | Propriedade industrial e outros direitos                               | 167.729,21 €           | 0,00 €                            | 1.586,70 €            | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 169.315,91 €           |
| 443          | Imobilizações em curso   | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| 449          | Adiantamentos por conta imob. incorpóreas                              | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| <b>Total</b> |  | <b>167.729,21 €</b>    | <b>0,00 €</b>                     | <b>1.586,70 €</b>     | <b>0,00 €</b>       | <b>0,00 €</b>                           | <b>169.315,91 €</b>    |
| 421          | Terrenos e recursos naturais   | 17.893.868,65 €        | 349.290,00€                       | 0,00 €                | -2.528,22 €         | 0,00 €                                  | 18.240.630,43 €        |
| 422          | Edifícios e outras construções   | 33.209.610,31 €        | 0,00 €                            | 422,86 €              | -10.533,94 €        | 503.238,19 €                            | 33.702.737,42 €        |
| 423          | Equipamento básico   | 2.999.316,72 €         | 2,00 €                            | 282.707,53 €          | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 3.282.026,25 €         |
| 424          | Equipamento de transporte  | 4.424.966,61 €         | 0,00 €                            | 192.048,26 €          | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 4.617.014,87 €         |
| 425          | Ferramentas e utensílios   | 493.266,23 €           | 0,00 €                            | 5.939,71 €            | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 499.205,94 €           |
| 426          | Equipamento administrativo   | 653.580,40 €           | 0,00 €                            | 3.966,07 €            | 0,00 €              | -344,37 €                               | 657.202,10 €           |
| 427          | Taras e vasilhame  | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| 429          | Outras imobilizações corpóreas   | 1.574.706,26 €         | 0,00 €                            | 66.893,93 €           | 0,00 €              | -3.198,00 €                             | 1.638.402,19 €         |
| 442          | Imobilizações em curso   | 479.101,08 €           | 0,00 €                            | 279.986,80 €          | 0,00 €              | -488.703,53 €                           | 270.384,35 €           |
| 448          | Adiantamentos por conta imob. corpóreas                                | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| <b>Total</b> |  | <b>61.728.416,26 €</b> | <b>349.292,00 €</b>               | <b>831.965,16 €</b>   | <b>-13.062,16 €</b> | <b>10.992,29 €</b>                      | <b>62.907.603,55 €</b> |
| 4112         | Partes de capital  | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| 4122         | Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM | 533.304,00 €           | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 533.304,00 €           |
| 4141         | Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais                | 1.263.185,71 €         | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 1.263.185,71 €         |
| 4142         | Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções              | 138.808,24 €           | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 138.808,24 €           |
| 4151         | Outras aplic. financeiras - Dep. em instituições financeiras           | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| 4152         | Outras aplic. financeiras - T. dívida pública                          | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| 4153         | Outras aplic. financeiras - Outros títulos                             | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| 441          | Imobilizações em curso   | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| 447          | Adiantamentos por conta invest. financeiros                            | 0,00 €                 | 0,00 €                            | 0,00 €                | 0,00 €              | 0,00 €                                  | 0,00 €                 |
| <b>Total</b> |  | <b>1.935.297,95 €</b>  | <b>0,00 €</b>                     | <b>0,00 €</b>         | <b>0,00 €</b>       | <b>0,00 €</b>                           | <b>1.935.297,95 €</b>  |

O Imobilizado Bruto do município registou em 2019 um aumento de 3.012.280,21€ face a 2018.

## Amortizações e Provisões

| Ano: 2019    |  |                        |                       |                   |                        |
|--------------|--|------------------------|-----------------------|-------------------|------------------------|
| Rubricas     |  | Saldo Inicial          | Reforço               | Regularizações    | Saldo Final            |
| 4851         | Terrenos e recursos naturais   | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| 4852         | Edifícios  | 4.083,98 €             | 747,15 €              | 0,00 €            | 4.831,13 €             |
| 4853         | Outras construções e infraestruturas                                   | 32.783.811,40 €        | 1.185.712,06 €        | 0,00 €            | 33.969.523,46 €        |
| 4855         | Bens do património histórico, artístico e cultural                     | 16.364,77 €            | 1.521,19 €            | 0,00 €            | 17.885,96 €            |
| 4859         | Outros bens de domínio público   | 128.695,76 €           | 9.306,43 €            | 0,00 €            | 138.002,19 €           |
| <b>Total</b> |  | <b>32.932.955,91 €</b> | <b>1.197.286,83 €</b> | <b>0,00 €</b>     | <b>34.130.242,74 €</b> |
| 4831         | Despesas de instalação   | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| 4832         | Despesas investigação e desenvolvimento                                | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| 4833         | Propriedade industrial e outros direitos                               | 166.945,27 €           | 629,67 €              | 0,00 €            | 167.574,94 €           |
| <b>Total</b> |  | <b>166.945,27 €</b>    | <b>629,67 €</b>       | <b>0,00 €</b>     | <b>167.574,94 €</b>    |
| 4821         | Terrenos e recursos naturais   | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| 48221        | Edifícios  | 5.221.919,38 €         | 421.930,20 €          | 2.152,38 €        | 5.641.697,20 €         |
| 48222        | Outras construções   | 7.757.125,80 €         | 235.922,16 €          | 0,00 €            | 7.993.047,96 €         |
| 4823         | Equipamento básico   | 2.612.219,32 €         | 189.214,37 €          | 0,00 €            | 2.801.433,69 €         |
| 4824         | Equipamento de transporte  | 3.458.576,66 €         | 193.296,50 €          | 0,00 €            | 3.651.873,16 €         |
| 4825         | Ferramentas e utensílios   | 432.366,86 €           | 19.289,44 €           | 0,00 €            | 451.656,30 €           |
| 4826         | Equipamento administrativo   | 511.287,12 €           | 4.178,03 €            | 344,37 €          | 515.120,78 €           |
| 4827         | Taras e vasilhame  | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| 4829         | Outras imobilizações corpóreas   | 902.659,92 €           | 88.753,18 €           | 766,19 €          | 990.646,91 €           |
| <b>Total</b> |  | <b>20.896.155,06 €</b> | <b>1.152.583,88 €</b> | <b>3.262,94 €</b> | <b>22.045.476,00 €</b> |
| 491          | Investimentos financeiros - Partes de capital                          | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| 492          | Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| 4811         | Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais                | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| 48121        | Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções              | 35.627,97 €            | 2.940,74 €            | 0,00 €            | 38.568,71 €            |
| 4951         | Outras aplicações financeiras - Depósitos em instituições financeiras  | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| 4952         | Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública              | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| 4953         | Outras aplicações financeiras - Outros títulos                         | 0,00 €                 | 0,00 €                | 0,00 €            | 0,00 €                 |
| <b>Total</b> |  | <b>35.627,97 €</b>     | <b>2.940,74 €</b>     | <b>0,00 €</b>     | <b>38.568,71 €</b>     |

As amortizações do exercício registaram um valor superior em 68.811,58€ face ao registado no ano anterior. Em 2019 as amortizações do exercício apresentam o valor de 2.350.500,38€.

O desenvolvimento e fundamentos referentes aos quadros supra, encontram-se nas “Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados”.

## Evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

As dívidas de terceiros de curto prazo têm a seguinte composição:

| Dívidas de terceiros - curto prazo        | 2019                  | 2018                  | Variação %     |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------|
| Clientes, Contribuintes, Utentes          | 352.010,07 €          | 340.014,74 €          | 3,53%          |
| Estado e Outros Entes Públicos            | 70.980,22 €           | 109.442,91 €          | -35,14%        |
| Devedores e Credores Diversos - Rendas    | 0,00 €                | 0,00 €                | -              |
| Credores Transferências Autarquias Locais | 0,00 €                | 0,00 €                | -              |
| Outros Devedores                          | 6.015.375,60 €        | 6.716.494,34 €        | -10,44%        |
| Administração Autárquica                  | 0,00 €                | 0,00 €                | -              |
| Adiantamentos a Fornecedores              | 0,00 €                | 0,00 €                | -              |
| <b>Total</b>                              | <b>6.438.365,89 €</b> | <b>7.165.951,99 €</b> | <b>-10,15%</b> |

Neste capítulo surge uma pequena variação na rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes que face a 2018 regista um aumento de 3,53%, traduzida em 11 mil euros.

A rubrica Estado e Outros entes Públicos apresenta uma diminuição de 35,14% referente a IVA a recuperar acumulado no final do 4º trimestre de 2019, e a reportar para o período seguinte.

Temos também uma variação negativa de 10,44% na rubrica Outros Devedores, que em valor se traduz numa diminuição em cerca de 701 mil euros. Como já se referiu anteriormente, esta rubrica está influenciada sobretudo pelo recebimento efetivo de valores anteriormente reconhecidos como dívida relacionados com os seguintes projetos:

- Interface de Transportes da Zona Ribeirinha Nascente (cerca de 417 mil euros);
  - Reconversão Urbanística da Zona Ribeirinha Nascente - Parque Urbano (cerca de 298 mil euros) e
  - Requalificação do Museu Pedro Nunes (cerca de 22 mil euros),
- todos candidatados no âmbito do Programa Alentejo 2020.

## Evolução dos Acréscimos e Diferimentos – Ativo

A rubrica Acréscimos e Diferimentos têm a seguinte composição:

| Acréscimos e diferimentos - Ativo | 2019                  | 2018                  | Variação %   |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|
| Acréscimos de proveitos           | 1.777.011,74 €        | 1.754.816,22 €        | 1,26%        |
| Custos diferidos                  | 0,00 €                | 0,00 €                | -            |
| <b>Total</b>                      | <b>1.777.011,74 €</b> | <b>1.754.816,22 €</b> | <b>1,26%</b> |

Estas contas destinam-se ao registo dos proveitos e custos nos exercícios a que respeitam, tendo em conta o princípio da especialização do exercício, previsto na alínea d) do ponto 3.2 do POCAL.

Em 2019, o reconhecimento de custos e proveitos que figuram no ativo fixou-se em 1.777.011,74€, cabendo a totalidade à rubrica Acréscimos de Proveitos. Desta forma, e comparativamente a 2018 ocorreu uma variação positiva, cerca de 1%, o que contribuiu para o acréscimo em cerca de 22 mil euros do valor do Ativo.

A conta Acréscimos de Proveitos serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores. Os Acréscimos de Proveitos no valor de 1.777.011,74€ correspondem aos proveitos gerados no exercício de 2019 e que só vão ser recebidos em 2020 ou seguintes, particularmente a faturação da água dos consumos de dezembro de 2019 emitida em janeiro de 2020, e aos Impostos Diretos referentes ao apuramento de dezembro de 2019, destacando-se o IMI.

A conta Custos Diferidos, de acordo com o POCAL, compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as respetivas despesas tenham ocorrido no ano em apreço. No exercício de 2019 não existiram situações enquadráveis neste âmbito.

## Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do município ascendem em 31 de dezembro de 2019 a 48.658.956,51€, tendo diminuído cerca de 650 mil euros relativamente ao ano transato.

## Passivo

| Passivo  |              | 2019                  | 2018                  | Varição %      |
|--|--------------|-----------------------|-----------------------|----------------|
| Empréstimos bancários M/L prazos                       |              | 546.664,76 €          | 135.951,56 €          | 302,10%        |
| FAM  |              | 0,00 €                | 29.628,00 €           | -100,00%       |
| <b>Total das dívidas a terceiros medio/longo prazo</b> |              | <b>546.664,76 €</b>   | <b>165.579,56 €</b>   | <b>230,15%</b> |
| Empréstimos curto prazo                                |              | 0,00 €                | 0,00 €                | -              |
| Adiantamento por conta venda                           |              | 0,00 €                | 0,00 €                | -              |
| Fornecedores conta corrente                            |              | 83.604,13 €           | 144.175,42 €          | -42,01%        |
| Fornecedores - faturas em receção e conferência        |              | 106.373,63 €          | 67.824,99 €           | 56,84%         |
| Clientes e utentes c/cauções                           |              | 0,00 €                | 0,00 €                | -              |
| Adiantamento de clientes, contribuintes, utentes       |              | 0,00 €                | 0,00 €                | -              |
| Fornecedores imobilizado                               |              | 429.424,41 €          | 112.759,35 €          | 280,83%        |
| Estado e outros entes públicos                         |              | 186.900,15 €          | 186.199,77 €          | 0,38%          |
| Outros credores  |              | 415.953,75 €          | 356.118,00 €          | 16,80%         |
| Fornecedores vendas a dinheiro                         |              | 0,00 €                | 0,00 €                | -              |
| Fornecedores imobilizado – faturas em conferência      |              | 5.535,00 €            | 22.333,96 €           | -75,22%        |
| <b>Total das dívidas a terceiros a curto prazo</b>     |              | <b>1.227.791,07 €</b> | <b>889.411,49 €</b>   | <b>38,05%</b>  |
|  | <b>Total</b> | <b>1.774.455,83 €</b> | <b>1.054.991,05 €</b> | <b>68,20%</b>  |

O passivo de curto prazo do município, a 31 de dezembro de 2019 ascende a 1.227.791,07€, verificando-se assim, face a 2018 um aumento de 338.379,58€, enquanto, no total do passivo verificamos um aumento de cerca de 873 mil euros.

Todas as rubricas de curto prazo à exceção de Fornecedores Conta Corrente e Fornecedores de Imobilizado – Faturas em conferência, registaram um acréscimo face a 2018, destacando-se a rubrica Fornecedores de Imobilizado que contribuiu em cerca de 316 mil euros para o total do aumento registado no curto prazo.

De salientar, neste quadro ao nível do MLP, no que se refere aos empréstimos bancários de médio e longo prazo, o aumento em cerca de 410 mil euros. Apesar do valor total contratado dos dois novos empréstimos ascender a 809.634,12€, aqui refletem-se apenas os valores recebidos em 2019 que perfazem o montante de 443.633,64€, já no que respeita ao FAM, a variação verificada deve-se a uma alteração legislativa - Lei do Orçamento de Estado para 2018 onde foi alterado o artigo 19º da Lei n.º53/2014 de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital do FAM foi modificada, refletindo-se nos montantes anuais a realizar pelos municípios, nomeadamente 25% em 2018; 50% em 2019; 75% em 2020 e 100% em 2021, assim para o município de Alcácer do Sal em 2019 já não constitui uma dívida de médio e longo prazo, mas sim de curto prazo.

O passivo total quer de curto prazo (CP) quer de médio e longo prazo (MLP), excluindo acréscimos e diferimentos, em 2019 ascendeu a 1.774.455,83€, tendo sofrido um significativo aumento de 68,20%, ou seja, mais 719.464,78€, face ao ano de 2018.

### **Evolução dos Acréscimos e Diferimentos - Passivo**

Para cumprimento do princípio da especialização do exercício incluiu-se nas demonstrações financeiras, no passivo, as rubricas de acréscimo de custos e de proveitos diferidos, cuja distribuição se evidencia:

| <b>Acréscimos e diferimentos - Passivo</b> | <b>2019</b>            | <b>2018</b>            | <b>Variação %</b> |
|--|------------------------|------------------------|-------------------|
| Acréscimo de Custos                        | 1.594.050,13 €         | 1.586.039,41 €         | 0,51%             |
| Proveitos diferidos                        | 15.346.584,84 €        | 15.774.252,34 €        | -2,71%            |
| <b>Total</b>                               | <b>16.940.634,97 €</b> | <b>17.360.291,75 €</b> | <b>-2,42%</b>     |

Na conta acréscimos de custos estão contabilizados os custos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores, nomeadamente as remunerações das férias e de subsídio de férias relativas ao exercício 2019, acrescidas dos respetivos encargos sociais, cujo processamento e pagamento terão lugar apenas em 2020, bem como outras despesas, como por exemplo, as despesas com comunicações, combustíveis e energia, referentes a consumos de dezembro de 2019 cujo pagamento ocorrerá em 2020. Em 2019 verificou-se um ligeiro aumento de 0,51% em cerca

de 8 mil euros face a 2018.

A conta proveitos diferidos compreende os valores arrecadados no exercício de 2019 ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente os subsídios para investimento.

Em 2019, a diminuição na ordem de 427 mil euros, ficou a dever-se sobretudo à transferência para proveitos e ganhos extraordinários de cerca de 627 mil euros, na medida em que foram contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam e por outro lado registou-se o reconhecimento dos direitos a receber dos contratos assinados referentes à participação dos seguintes projetos:

- a) Cais de Atracação da Margem Sul (cerca de 42 mil euros);
- b) Valorização dos Paços do Concelho (cerca de 52 mil euros) e
- c) Requalificação do Galeão Pinto Luísa (cerca de 114 mil euros).

### **Endividamento - Médio e Longo Prazo**

No exercício de 2019 o município contratou dois novos empréstimos de Médio e Longo prazo para financiamento de duas obras candidatas: o Interface de Transportes da Zona Ribeirinha Nascente e a Reconversão Urbanística da Zona Ribeirinha Nascente - Parque Urbano no valor total de 809.634,12€. Assim, temos por um lado os valores recebidos em 2019 que perfazem o montante de 443.633,64€, e por outro lado as amortizações dentro dos prazos acordados de todos os compromissos referentes aos empréstimos em vigor.

Assim, no global verificou-se um aumento desta componente no valor de 410.713,20€, registando-se no final do exercício de 2019 que o endividamento de MLP ascende a 546.664,76€.

### **Limites de Endividamento Municipal**

Nos termos do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais) alterada pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março e pela Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, consideram-se os limites da Dívida Total para 2019:

“ 1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 - Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

5 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

- a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e
- b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 – Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.”

Os limites da Dívida Total em 2019, para o município de Alcácer do Sal, conforme informação fornecida pela DGAL que consta da Ficha do município - 4º trimestre 2019, de acordo com o previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 03 de setembro são os seguintes:

- O limite da Dívida Total foi fixado em 22.930.283,41€;
- A Dívida Total municipal (excluindo não orçamentais, capital excecionado e FAM) foi de 1.520.531,00€;
- A Dívida Total municipal (excluindo empréstimos) foi de 973.866,24€;
- Ficando assim uma margem absoluta de 21.409.753,00€. Contudo, face às normas legais aplicáveis, a margem utilizável é apenas 20% daquele valor, ou seja, 4.281.951,00€, da qual se encontra por utilizar 3.660.698,00€.

O valor da Dívida Total municipal registado em 2019, (extraído da Ficha do município - 4º trimestre 2019 – DGAL), sofreu um aumento, quando comparado com os valores apurados de 2018, (extraídos da Ficha do município – Prestação de Contas 2018 – DGAL), de 104,38% que corresponde ao valor de

769.065,00€.

Podemos assim inferir que o município de Alcácer do Sal, mantém uma posição cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites da Dívida Total, fixados para o ano de 2019.

## Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é o mapa contabilístico que relata o desempenho económico de uma entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos, classificados por natureza, o que nos permite obter separadamente, os diferentes tipos de resultados, a saber: operacionais, financeiros, correntes, (operacionais + financeiros), extraordinários e os líquidos, evidenciando o RLE – Resultado Líquido do Exercício.

Os resultados económicos do município representam a diferença entre os proveitos e os custos e são apresentados de forma resumida na demonstração de resultados por natureza.

Em 2019, o município de Alcácer do Sal encerrou as suas contas com um Resultado Líquido negativo de 974.677,07 € encontrando-se a Demonstração dos Resultados por natureza, sintetizada no seguinte quadro:

### Demonstração dos Resultados (por natureza):

| Resumo da Demonstração de Resultados | 2019            | 2018          |
|--------------------------------------|-----------------|---------------|
| Resultados Operacionais              | -2.545.698,43 € | -860.024,66 € |
| Resultados Financeiros               | 761.771,87 €    | 783.285,32 €  |
| Resultados Correntes                 | -1.783.926,56 € | -76.739,34 €  |
| Resultados Extraordinários           | 809.249,49 €    | 748.161,03 €  |
| Resultado Líquido do Exercício       | -974.677,07 €   | 671.421,69 €  |

### Resultados Operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais ascenderam a 15.556.103,76€ e os custos operacionais a 18.101.802,19€, dando origem a um resultado operacional negativo de 2.545.698,43€, agravando o total dos resultados operacionais face a 2018 em cerca de 1.685 mil euros.

Os Proveitos e Ganhos Operacionais desceram mais de 711 mil euros relativamente a 2018, tendo sido



influenciados pelo mau desempenho da rubrica Impostos e Taxas que decresceu cerca de 1.400 mil euros face a 2018, dentro da qual se destacam o IMI e o IMT.

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

| Proveitos Operacionais                 | 2019                   |                | 2018                   |                | Variação %    |
|--|------------------------|----------------|------------------------|----------------|---------------|
|  | Valor                  | %              | Valor                  | %              |               |
| Venda de Bens e Prestação de Serviços  | 2.245.327,68 €         | 14,43%         | 1.936.570,55 €         | 11,90%         | 16,44%        |
| Impostos e Taxas                       | 2.835.386,85 €         | 18,23%         | 4.235.915,66 €         | 26,04%         | -33,06%       |
| Trabalhos para a Própria Entidade      | 0,00 €                 | 0,00%          | 0,00 €                 | 0,00%          | -             |
| Proveitos Suplementares                | 0,00 €                 | 0,00%          | 0,00 €                 | 0,00%          | -             |
| Transferências e Subsídios Obtidos     | 10.475.389,23 €        | 67,34%         | 10.095.044,68 €        | 62,06%         | 3,77%         |
| Outros Proveitos e Ganhos Operacionais | 0,00 €                 | 0,00%          | 0,00 €                 | 0,00%          | -             |
| <b>Total</b>                           | <b>15.556.103,76 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>16.267.530,89 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>-4,31%</b> |
|  |                        |                |                        |                |               |
| Custos Operacionais                    | 2019                   |                | 2018                   |                | Variação %    |
|  | Valor                  | %              | Valor                  | %              |               |
| CMVMC                                  | 318.233,39 €           | 1,76%          | 360.664,95 €           | 2,11%          | -11,76%       |
| Fornecimento e Serviços Externos       | 5.459.089,94 €         | 30,16%         | 5.478.053,50 €         | 31,98%         | -0,35%        |
| Custos com Pessoal                     | 8.145.674,51 €         | 45,00%         | 7.620.638,63 €         | 44,49%         | 6,89%         |
| Transf. e Sub. Correntes Concedidos    | 974.176,20 €           | 5,38%          | 945.396,09 €           | 5,52%          | 3,04%         |
| Amortizações do Exercício              | 2.350.500,38 €         | 12,98%         | 2.281.688,80 €         | 13,32%         | 3,02%         |
| Provisões do Exercício                 | 589.176,81 €           | 3,25%          | 206.696,45 €           | 1,21%          | 185,04 %      |
| Outros Custos e Perdas Operacionais    | 264.950,96 €           | 1,46%          | 234.417,13 €           | 1,37%          | 13,03%        |
| <b>Total</b>                           | <b>18.101.802,19 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>17.127.555,55 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>5,69%</b>  |

Resumo:

| Resultados Operacionais         | 2019                   | 2018                 | Variação %     |
|---------------------------------|------------------------|----------------------|----------------|
| Custos e Perdas Operacionais    | 18.101.802,19 €        | 17.127.555,55 €      | 5,69%          |
| Proveitos e Ganhos Operacionais | 15.556.103,76 €        | 16.267.530,89 €      | -4,37%         |
| <b>Total</b>                    | <b>-2.545.698,43 €</b> | <b>-860.024,66 €</b> | <b>196,00%</b> |

Da análise do quadro anterior verifica-se que, no período em análise (2019), e face a 2018, os custos operacionais sofreram um aumento de 5,69% que equivale a cerca de 974 mil euros e os proveitos operacionais em sentido contrário registaram uma diminuição de mais de 710 mil euros, correspondentes a um decréscimo de 4,37%.

A rubrica Transferências e Subsídios Obtidos aumentou em termos efetivos face ao período anterior, e

também apresentou um crescimento em percentagem da totalidade dos proveitos operacionais. Assim, em 2018 a rubrica Transferências e Subsídios Obtidos, representava 62,06% da totalidade dos proveitos operacionais, passando em 2019 para 67,34%.

Esta percentagem, continuamente elevada, demonstra de forma inequívoca a dependência do município face às transferências provenientes do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários relativamente a Projetos Cofinanciados.

Em 2019 o custo das matérias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) cifrou-se em 318.233,39€, diminuindo cerca de 42 mil euros face a 2018 do valor de existências imputadas a custos.

A rubrica fornecimento e serviços externos (FSE) face a 2018 registou uma diminuição de 0,35%, traduzindo-se em cerca de menos 18 mil euros.

Em 2019 os custos com pessoal cifraram-se em 8.145.674,51€, aumentando cerca de 525 mil euros face a 2018, contribuindo maioritariamente para esta situação, o aumento do Salário Mínimo Nacional, o descongelamento das progressões nas carreiras, os correspondentes encargos sociais, mas também um forte aumento dos seguros de acidentes pessoais.

Quanto à rubrica Transferência e Subsídios Correntes concedidos, o valor de 974.176,20€ subiu 3,04%, face a 2018 e agrega os diversos apoios financeiros no âmbito da educação, ação social, desporto, cultura, associativismo, etc., que o município decidiu atribuir a várias entidades do concelho de Alcácer do Sal, com o objetivo de financiar a dinamização das suas atividades.

O aumento de 185,04% das provisões no exercício de 2019 penalizou os custos operacionais, cifrando-se em cerca de 589 mil euros. Este valor refere-se sobretudo ao ajustamento e constituição de provisões para dívidas de terceiros de acordo com informações jurídicas e de acordo com as considerações técnicas, relativamente aos critérios e métodos para contabilização das provisões, previstas no ponto 2.7.1 do POCAL.

Relativamente ao valor registado nas amortizações do exercício de 2019 face a 2018, podemos constatar que é semelhante no peso percentual nos custos operacionais, cerca de 13%, registando-se contudo um aumento efetivo de cerca de 68 mil euros.

Os custos operacionais em 2019 apresentam o valor de 18.101.802,19€, sendo as rubricas com maior peso os Custos com Pessoal, com 45,00% e os FSE que relevam com 30,16% para o total dos custos operacionais.

## Resultados Financeiros

| Proveitos Financeiros                    | 2019                |                | 2018                |                | Variação %     |
|--|---------------------|----------------|---------------------|----------------|----------------|
|  | Valor               | %              | Valor               | %              |                |
| Juros obtidos                            | 0,00 €              | 0,00%          | 0,00 €              | 0,00%          | 0,00%          |
| Desconto de pronto pagamento obtidos     | 0,00 €              | 0,00%          | 199,98 €            | 0,03%          | -100,00%       |
| Rendimentos de imóveis                   | 765.798,18 €        | 99,90%         | 787.907,10 €        | 99,85%         | -2,81%         |
| Outros proveitos e ganhos financeiros    | 767,50 €            | 0,10%          | 944,68 €            | 0,12%          | -18,76%        |
| <b>Total</b>                             | <b>766.565,68 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>789.051,76 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>-2,85%</b>  |
|  |                     |                |                     |                |                |
| Custos Financeiros                       | 2019                |                | 2018                |                | Variação %     |
|  | Valor               | %              | Valor               | %              |                |
| Juros suportados                         | 1.280,46 €          | 26,71%         | 1.591,89 €          | 27,61%         | -19,56%        |
| Amortizações de investimentos em imóveis | 2.940,74 €          | 61,34%         | 2.940,74 €          | 51,00%         | 0,00%          |
| Provisões para aplicações financeiras    | 0,00 €              | 0,00%          | 0,00 €              | 0,00%          | 0,00%          |
| Outros custos e perdas financeiras       | 572,61 €            | 11,94%         | 1.233,81 €          | 21,40%         | -53,59%        |
| <b>Total</b>                             | <b>4.793,81 €</b>   | <b>100,00%</b> | <b>5.766,44 €</b>   | <b>100,00%</b> | <b>-16,87%</b> |

### Resumo:

| Resultados Financeiros         | 2019                | 2018                | Variação %    |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| Custos e Perdas Financeiros    | 4.793,81 €          | 5.766,44 €          | -16,87%       |
| Proveitos e Ganhos Financeiros | 766.565,68 €        | 789.051,76 €        | -2,85%        |
| <b>Total</b>                   | <b>761.771,87 €</b> | <b>783.285,32 €</b> | <b>-2,75%</b> |

Os custos financeiros recuaram em 2019 face ao ano anterior 16,87%, e também os proveitos financeiros diminuiram 2,85%. Desta forma, os Resultados Financeiros apresentam valores positivos de 761.771,87€, verificando-se uma contração de 2,75% face a 2018.

## Resultados Extraordinários

| Proveitos Extraordinários                   | 2019                |                | 2018                  |                | Variação %     |
|---|---------------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|
|   | Valor               | %              | Valor                 | %              |                |
| Ganhos em existências                       | 3.917,34 €          | 0,41%          | 3.887,22 €            | 0,38%          | 0,77%          |
| Ganhos em imobilizações                     | 6.395,90 €          | 0,67%          | 79.627,67 €           | 7,82%          | -91,97%        |
| Benefícios de penalidades contratuais       | 249.466,15 €        | 26,12%         | 41.648,70 €           | 4,09%          | 498,98%        |
| Reduções de amortizações e provisões        | 45.603,78 €         | 4,77%          | 231.101,23 €          | 22,69%         | -80,27%        |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 4.440,66 €          | 0,46%          | 6.227,14 €            | 0,61%          | -28,69%        |
| Outros proveitos e ganhos extraordinários   | 645.260,16 €        | 67,56%         | 656.240,96 €          | 64,42%         | -1,67%         |
| <b>Total</b>                                | <b>955.083,99 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>1.018.732,92 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>-6,25%</b>  |
|   |                     |                |                       |                |                |
|   |                     |                |                       |                |                |
| Custos Extraordinários                      | 2019                |                | 2018                  |                | Variação %     |
|   | Valor               | %              | Valor                 | %              |                |
| Transferências de capital concedidas        | 126.318,75 €        | 86,62%         | 134.894,31 €          | 49,86%         | -6,36%         |
| Dívidas Incobráveis                         | 0,00 €              | 0,00%          | 0,00 €                | 0,00%          | 0,00%          |
| Perdas em existências                       | 1.608,43 €          | 1,10%          | 10,64 €               | 0,00%          | 15016,82%      |
| Perdas em imobilizações                     | 14.191,34 €         | 9,73%          | 129.472,47 €          | 47,85%         | -89,04%        |
| Multas e penalidades                        | 51,00 €             | 0,03%          | 0,00 €                | 0,00%          | 0,00%          |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 3.664,72 €          | 2,51%          | 6.139,87 €            | 2,27%          | -40,31%        |
| Outros custos e perdas extraordinários      | 0,26 €              | 0,00%          | 54,60 €               | 0,02%          | -99,52%        |
| <b>Total</b>                                | <b>145.834,50 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>270.571,89 €</b>   | <b>100,00%</b> | <b>-46,10%</b> |

### Resumo:

| Resultados Extraordinários         | 2019                | 2018                | Variação %   |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|--------------|
| Custos e Perdas Extraordinários    | 145.834,50 €        | 270.571,89 €        | -46,10%      |
| Proveitos e Ganhos Extraordinários | 955.083,99 €        | 1.018.732,92 €      | -6,25%       |
| <b>Total</b>                       | <b>809.249,49 €</b> | <b>748.161,03 €</b> | <b>8,17%</b> |

Os resultados extraordinários em 2019 apresentam o valor de 809.249,49€, evidenciando um aumento de 8,17% relativamente a 2018.

Podemos concluir pela análise do quadro anterior, que os Custos e Perdas Extraordinários registaram um decréscimo em cerca de 124 mil euros, e os Proveitos e Ganhos Extraordinários também registaram um decréscimo de cerca de 63 mil euros, originando ainda assim um acréscimo dos Resultados Extraordinários em cerca de 61 mil euros face a 2018.

Os custos e perdas extraordinários contemplam todos os protocolos celebrados pelo município com as diversas instituições do concelho, de forma a contribuir financeiramente para obras de construção,

melhoria e ampliação das instalações dessas mesmas instituições, bem como, o registo de abates ao património municipal, o registo de perdas em existências e o registo de perdas em alienações de imobilizações corpóreas.

Os custos e perdas diminuíram devido a uma menor perda registada nas alienações de imobilizações corpóreas face às verificadas em 2018.

O decréscimo verificado nos proveitos e ganhos extraordinários, comparativamente com 2018 resultou essencialmente da menor venda de bens de investimento que recuou cerca de 73 mil euros e de uma diminuição nas reduções de Provisões que também elas diminuíram cerca de 185 mil euros.

Relativamente a factos relevantes após o termo do exercício, como é do conhecimento generalizado, no passado dia 11 de março a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia. Existem já notícias que indicam que diversos setores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do risco de negócio. Existem adicionalmente notícias que indiciam a eminência de uma retração económica geral.

### **Proposta de Aplicação de Resultados**

Dado que o resultado líquido obtido no exercício de 2019 (RLE) foi negativo, nos termos do ponto 2.7.3.2 do POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, não há lugar à aplicação de resultados.

Assim, propomos que o RLE no valor negativo de 974.677,07€ seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

Alcácer do Sal, 13 de março de 2020